
A estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

organizadores
Maria de Lourdes Soares
Rosângela Dias Oliveira da Paz



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitor

VALDINEY VELOSO GOUVEIA

Vice-reitora

LIANA FILGUEIRA ALBUQUERQUE

Pró-Reitor PRPG

GUILHERME ATAÍDE DIAS



EDITORA UFPB

Diretor

REINALDO FARIAS PAIVA DE LUCENA

Chefe de produção

JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

Conselho editorial

Adailson Pereira de Souza (Ciências Agrárias)
Eliana Vasconcelos da Silva Esvael (Linguística, Letras e Artes)
Fabiana Sena da Silva (Interdisciplinar)
Gisele Rocha Côrtes (Ciências Sociais Aplicadas)
Ilda Antonieta Salata Toscano (Ciências Exatas e da Terra)
Luana Rodrigues de Almeida (Ciências da Saúde)
Maria de Lourdes Barreto Gomes (Engenharias)
Maria Patrícia Lopes Goldfarb (Ciências Humanas)
Maria Regina Vasconcelos Barbosa (Ciências Biológicas)

Conselho científico

Maria Aurora Cuevas-Cerveró (Universidad Complutense Madrid/ES)
José Miguel de Abreu (UC/PT)
Joan Manuel Rodriguez Diaz (Universidade Técnica de Manabí/EC)
José Manuel Peixoto Caldas (USP/SP)
Letícia Palazzi Perez (Unesp/Marília/SP)
Anete Roese (PUC Minas/MG)
Rosângela Rodrigues Borges (UNIFAL/MG)
Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti (Unesp/Marília/SP)
Leilah Santiago Bufrem (UFPR/PR)
Marta Maria Leone Lima (UNEB/BA)
Lia Machado Fiuza Fialho (UECE/CE)
Valdonilson Barbosa dos Santos (UFCEG/PB)

Editora filiada à:



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

MARIA DE LOURDES SOARES
ROSANGELA DIAS OLIVEIRA DA PAZ
(Organizadoras)

**A ESTRUTURA SOCIOESPACIAL,
PRODUÇÃO DOS AGRUPAMENTOS
HABITACIONAIS SOCIAIS E AS CONDIÇÕES DE
HABITAÇÃO NA CIDADE DE JOÃO PESSOA,
PARAIBA**

João Pessoa, PB
2020

Direitos autorais 2020 – Editora UFPB
Efetuado o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a
Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Todos os direitos reservados à Editora UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.
O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor.

Projeto Gráfico
Editora UFPB

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

E82	A estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba / Maria de Lourdes Soares, Rosângela Dias Oliveira da Paz (organizadoras). - João Pessoa: Editora UFPB, 2020. 116 p. : il.
	E-book Formato: PDF Requisito do sistema: Adobe Acrobat Reader ISBN: 978-65-5942-065-0
	1. Cidades – Formação socioespacial. 2. Agrupamentos habitacionais. 3. Habitação popular. 4. João Pessoa - Paraíba I. Soares, Maria de Lourdes. II. Paz, Rosângela Dias Oliveira da. III. Título.
UFPB/BC	CDU 911.375

Livro aprovado para publicação através do Edital Nº 01/2020/Editora Universitária/UFPB - Programa de Publicação de E-books.

EDITORA UFPB
Cidade Universitária, Campus I, Prédio da editora Universitária,
s/n João Pessoa – PB .• CEP 58.051-970

<http://www.editora.ufpb.br>
E-mail: editora@ufpb.br
Fone: (83) 3216-7147

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
A FORMAÇÃO DOS AGRUPAMENTOS URBANOS E A HABITAÇÃO SOCIAL NA CIDADE DE JOÃO PESSOA, PB	11
INTRODUÇÃO	11
A Cidade Além do RIO: ocupação e agrupamentos da cidade de João Pessoa.....	14
A Cidade Almeja o Mar: as melhorias urbanas e início da ocupação do Centro e do Sul-sudeste.....	18
Do Mar aos Campos/savanas: a Política Urbanista e Nacional de Habitação espraia a cidade	28
A Cidade ocupa a terra, o mar e o Céu, mantendo o estilo Casa Grande e Senzala	44
As discrepâncias Urbanas, segregação e moradias precárias na Cidade de João Pessoa.....	60
MINHA CASA... E A VIDA? OS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB	84
Introdução.....	84
O Programa Minha Casa Minha Vida.	89
O Direito à Cidade e a Moradia Digna.....	94

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

O PMCMV na Cidade de João Pessoa e a Disponibilidade de Serviços e Equipamentos Públicos	101
Conclusão	108
SOBRE OS AUTORES	115

INTRODUÇÃO

Na publicação **A ESTRUTURA SOCIOESPACIAL, PRODUÇÃO DOS AGRUPAMENTOS HABITACIONAIS SOCIAIS E AS CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO NA CIDADE DE JOÃO PESSOA** apresenta dois capítulos que trabalham, na evolução histórica socioespacial da cidade de João Pessoa, Paraíba, a política urbana e de habitação e a formação dos agrupamentos e mais particularmente os populares, destacando as condições das moradias populares.

No capítulo **A FORMAÇÃO DOS AGRUPAMENTOS URBANOS E A HABITAÇÃO SOCIAL NA CIDADE DE JOÃO PESSOA, PB** contextualiza no processo de industrialização e de urbanização da cidade a evolução histórica socioespacial e o papel da política urbana e de habitação na formação dos agrupamentos na cidade. E articulando a implantação da política urbana e de Política de Habitação, através do Banco Nacional de Habitação e PósBNH, da Política de Habitação de Interesse Social o reflexo destas na formação dos agrupamentos, em particular os populares. E na forma particular de crescimento da cidade e da intervenção do Estado na questão habitacional destaca a formação dos agrupamentos, particularmente dos seguimentos mais pobres nas suas formações particulares e nas suas possibilidades resistências e dificuldades.

Desse modo, trabalha a Política do Banco Nacional de Habitação (BNH) e Política Nacional de Habitação de Interesse Social (PNHIS), nos seus impactos na formação dos agrupamentos e das habitações na sua In(ex)clusão socioespacial dos agrupamentos dos segmentos mais pobres

da cidade. E na estrutura socioespacial da cidade destaca a forma particular de crescimento da cidade e da formação dos agrupamentos nas nuances da situação dos projetos de habitação e de seus reflexos na situação de habitação dos seguimentos populacionais particularmente nos mais pobres, nas suas transformações, dificuldades e possibilidades.

Os dados da pesquisa foram embasados em bibliografia e em documentos relativo à habitação e em especial a habitação social e na cidade de João Pessoa. A Pesquisa bibliográfica foi feita a partir de levantamento e seleção de bibliografias de credibilidade (livros, artigos, periódicos, textos, Teses, Dissertações e outros trabalhos disponíveis fisicamente e em sites confiáveis. A pesquisa documental foi realizada nas instituições e órgãos que trabalham com habitação, no sentido de melhor percorrer o processo de articulação da produção da habitação de interesse social, do ponto de vista teórico, histórico e prático, em nível nacional e municipal e, assim, possibilitar melhor compreensão da articulação entre a Política Nacional e os programas locais desenvolvidos na cidade de João Pessoa, na caracterização quantitativa e qualitativa dos conjuntos habitacionais produzidos pelos programas habitacionais e seus efeitos espaciais e sociais.

As fontes diversas integrando o qualitativo e o quantitativo como complementares na atribuição de significados (MINAYO, 2001), consideram o conhecimento científico como articulação teoria e realidade empírica, articulação de dados que contribuíram na compreensão da intensidade (qualitativo) dos processos sociais que, além de

seu papel instrumental são a alma do conteúdo, como dizia Lenin (1965).

No texto MINHA CASA... E A VIDA? OS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB, trabalha na história da urbanização, a formação dos agrupamentos, em particular os populares, nas nuances da cidade de João Pessoa, destacando a intervenção do Estado na questão habitacional e em particular nas habitações populares no interior da cidade no contexto do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.

Desse modo, trabalha o programa Minha Casa Minha Vida na cidade de João Pessoa-PB, destacando a participação do poder público nas parcerias com órgãos-gestores e do setor imobiliários na estrutura da cidade na formação dos agrupamentos e nas condições de moradia, em especial nos serviços e equipamentos públicos nos conjuntos habitacionais. E neste contexto trabalha a participação do estado na reestruturação dos agrupamentos e das moradias, em particular na construção das edificações e nestes a infraestrutura e os serviços empreendidos e seus impactos nas condições de habitação e no possível enfrentamento ao déficit habitacional.

Nesse sentido, na cidade de João Pessoa, trabalha especialmente a Política de Habitação de Interesse Social através do Programa “Minha Casa Minha Vida”, segundo a problemática da disponibilidade de serviços e equipamentos públicos nos conjuntos habitacionais construídos para a população mais pobre. Considerando que os equipamentos e

serviços públicos são bens de utilidade pública indispensáveis ao bom funcionamento da cidade e que a existência destes constitui um fator importante de bem-estar social e de apoio ao desenvolvimento econômico da cidade.

E na implementação de programas de habitação na cidade de João Pessoa-PB, na efetivação do direito à cidade e à moradia digna a partir de políticas, como o BNH, PNHIS e até através do PMCMV, destaca o papel dos Conjuntos Habitacionais e dos entornos impactam nas dificuldades enfrentadas pelas famílias contempladas pelos programas, em especial à precariedade de acesso a equipamentos e serviços públicos.

E, considerando que os conjuntos habitacionais do PMCMV se inserem predominantemente nas periféricas, distantes das malhas urbanas consolidadas, trabalha o acesso aos serviços e equipamentos públicos como possibilidade da moradia digna segundo a disponibilidade de serviços e equipamentos sociais as famílias contempladas pelos programas habitacionais na efetivação ou a negação do direito a cidade e as condições de moradia.

A FORMAÇÃO DOS AGRUPAMENTOS URBANOS E A HABITAÇÃO SOCIAL NA CIDADE DE JOÃO PESSOA, PB

Maria de Lourdes Soares

Rosângela Dias Oliveira da Paz

INTRODUÇÃO

João Pessoa, cidade do século XVI, situada numa colina às margens do rio Sanhauá, um afluente do rio Paraíba, fronteira entre os territórios das tribos tupis dos potiguaras (que se localizavam ao norte) e dos tabajaras (que se localizavam ao sul). Cidade fundada no dia 5 de agosto de 1585, pelos colonizadores portugueses que, ao longo da história, recebeu várias denominações: "Cidade Real de Nossa Senhora das Neves", "Filipeia de Nossa Senhora das Neves", "Frederikstad", "Cidade da Parahyba". E, em 1930, João Pessoa, em homenagem ao político paraibano, presidente do estado e candidato a vice-presidente da República, na chapa de Getúlio Vargas, executado por João Duarte Dantas.

A Capital da Paraíba, principal centro financeiro e econômico do estado, foi considerada entre as mais arborizadas do Brasil, com presença de áreas protegidas, com destaque da Mata do Buraquinho ao centro da marcha urbana, demanda preocupação pela presença ambiental e

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

pelo modelo de urbanização e formação dos agrupamentos. Com população estimada em 2018, de 800 323 habitantes, é a oitava cidade mais populosa da Região Nordeste e a 23ª do Brasil, sendo, no seu estado, o município mais populoso, com pessoas com renda per capita inferior à linha de pobreza atingindo R\$ 37,75 em 1991, 38,27% em 2000, e 45,51% em 2015, segundo o Anuário Estatístico da Paraíba.

No município de João Pessoa a formação dos aglomerados e o déficit de moradia constituem um desafio aos gestores na implantação da política de Habitação de Interesse Social, no âmbito Municipal e Estadual, particularmente nas gestões que se empenharam na implantação de políticas e programas voltados para o enfrentamento do problema habitacional na cidade.

João Pessoa, terceira cidade mais antiga do Brasil (fundada em 1585), localizada na Zona Costeira Nordestina, entre o Rio Paraíba e à margem direita do Rio Sanhauá, no ponto em que chega ao Oceano Atlântico. Cidade que se diferencia pela produção do espaço urbano que parte do rio ao mar, o inverso da maioria das capitais do Brasil, mas segue o exemplo de outras capitais brasileiras no rápido processo de urbanização a partir da década de 40, do centro para a periferia, separando seguimentos da população.

Na cidade, a FORMAÇÃO DOS AGRUPAMENTOS URBANOS E A HABITAÇÃO SOCIAL NA CIDADE DE JOÃO PESSOA, PB, demanda o entendimento da participação do estado na distribuição dos espaços e na formação dos

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

agrupamentos, particularmente os populares. Estudo embasado em pesquisa bibliográfica e documental, seleção da literatura pertinente ao tema, das bases de dados do IBGE, da Fundação João Pinheiro, do Cadastro do Programa Bolsa Família (CADÚNICO), da Companhia Estadual de Habitação Popular e da Secretarias da Habitação da cidade de João Pessoa.

Referentes aos agrupamentos e as condições de moradia utilizou-se os dados da pesquisa “Proteção Social da Família” realizada no âmbito do estado da Paraíba, através do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais. Pesquisa realizada como desdobramento dos estudos e dos trabalhos do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais (NEPPS). Núcleo vinculado ao Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através do Projeto de Cooperação Acadêmica Casadinho/PROCAD 2011/2015, entre o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PGSS) da UFPB e o Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (PEPGS-SSO) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Estudo que parte da história da urbanização e da formação dos agrupamentos da cidade, destacando a participação do estado na forma de ocupação dos espaços e os agrupamentos, destacando os agrupamentos populares e as condições de habitação desenvolvida no decorrer do processo de industrialização e urbanização, intermediado pela política habitacional no período pré e pós-1968 e de seus efeitos nas formas de agrupamentos e nas condições de

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

habitação dos segmentos mais pobres, inclusive na exclusão socioespacial e no direito a cidade.

A Cidade Além do RIO: ocupação e agrupamentos da cidade de João Pessoa.

No início da colonização portuguesa no Brasil, em 1534, o território que hoje se encontra a cidade de João Pessoa, fazia parte da Capitania de Itamaracá, com domínio de Portugal sobre a área apenas formal. Com a disputa entre Portugueses e franceses pelo Brasil, principalmente pelo comércio do pau-brasil, madeira avermelhada, muito valorizada na Europa, especialmente para tintura de tecidos finos, os Portugueses buscaram formas de intensificar o controle sobre a capitania.

Para evita novos ataques indígenas e a invasão dos franceses no litoral, os portugueses apoiaram o aprisionamento de uma filha de um chefe potiguara pelo dono do engenho Trucunhaém, próximo a Goiana, Pernambuco. Conhecida como chacina ou tragédia de Trucunhaém, ocorrida em 1574, o engenho foi incendiado e todos os moradores mortos. Em 1579, para assegurar os interesses portugueses na região, a Capitania da Parahyba foi desmembrada de Olinda. Mas somente em 05 de agosto de 1585, com reforço de expedições e esquadras comandadas por Diogo Valdez Flores e de tropas sob do comando de D. Felipe de Moura, os Portugueses, sob o comando do Rei D. Sebastião, conseguiram expulsar os franceses e reocupar a área da cúpula da Fazenda Real.

Os portugueses, com o apoio dos índios tabajaras, transformam a Fazenda Real numa Capitania Real da Coroa Portuguesa, a capitania Real da Paraíba e fundaram a cidade de *Nossa Senhora das Neves* que, dentre as cidades que não foram nem povoado e nem vila, nasce com o *status* de cidade e recebe o nome da santa do dia da firmação da aliança com os Tabajaras. Consolidada a presença da Coroa Portuguesa na Capitania da Paraíba, floresceram as atividades econômicas e sociais da cidade, principalmente àquelas ligadas à cana-de-açúcar. E, como a terceira capital de estado mais antiga do Brasil e a última do país no século XVI, no percurso de sua história recebeu várias denominações.

Em 1588, período da União Ibérica, com o Reino de Portugal incorporado à coroa espanhola, homenageando o rei Filipe II de Espanha, a cidade recebe o nome de *Filipeia de Nossa Senhora das Neves*. Entre 1634 e 1654, durante a ocupação holandesa, em homenagem ao príncipe de Orange, Frederico Henrique, designou-se *Frederikstad* (*Cidade Frederica*). Com a reconquista portuguesa, em fins de 1654, com a visita temporária de D. Pedro II do Brasil, recebeu provisoriamente o título *Cidade da Parahyba*. Em 1930, em homenagem ao político paraibano João Pessoa, assassinado na cidade do Recife, quando era presidente do estado e concorria, como candidato a vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas, denominou-se João Pessoa.

A capital paraibana seguindo o padrão da maioria das cidades colonizada pelos portugueses, por muito tempo, limitou seu espaço territorial em duas unidades demarcadas por sua topografia que dividia as funções sociais de cada uma

dessas partes (VIANNA et al.,2005, p.1), que “[...] correspondia à estrutura física da cidade e expressava as próprias relações de poder na sociedade” (TEIXEIRA, 2004, p. 24). A cidade, entre o rio e a colina, expressava as relações de poder na sociedade com as primeiras edificações erguidas aproveitando a topografia local, (TEIXEIRA, 2004, p. 24).

Margeadas pelo Rio Sanhauá, no Baixo Planalto Costeiro, na Planície Fluvial, formou-se a Cidade Baixa (Varadouro) que ocupava um trecho da Várzea do rio Sanhauá, nas margens de rio e do tabuleiro (planalto costeiro) foi conformada e organizada a Cidade Baixa, “[...] segundo o Holandês Elias Herckmans, “[...] que correspondia fundamentalmente às actividades marítimas e comerciais, aos respectivos serviços e equipamentos – armazéns, alfândega, ferrarias, estaleiros – e às áreas habitacionais mais pobres”, onde foi construído um porto, armazéns para mercadorias e, posteriormente, a alfândega.

Assim, a cidade Baixa simbolizada o cais do Sanhauá que era espaços contíguos, dominado pela vida portuária, com embarque e desembarque de produtos, como as pescarias, e as pessoas. Compondo um misto de área residencial e comercial, constituída por sobrados que acomodavam os estabelecimentos comerciais no térreo, “[...] armazéns, boticas, lojinhas” (CAVALCANTI, 1972, p.39) e acomodava as famílias de negociantes e seus caixeiros nos andares superiores. Às atividades marítimas e comerciais ocupavam prédios próximos do pequeno porto, constituídos pela alfândega e alguns armazéns de mercadorias e de comércio. Depois foram edificadas as primeiras igrejas, como

à igreja de São Pedro Gonçalves e o aglomerado Porto do Capim.

No alto da colina, topo do tabuleiro, foi erguida a Cidade Alta que, seguindo os modelos urbanos portugueses, para “além de corresponder ao núcleo defensivo, era o local do poder institucional, militar, político e religioso e onde se localizava também o tecido habitacional do estatuto mais elevado”. Segundo Teixeira (2004, p. 24) a partir da fundação da cidade que foi arquetizada longe do mar, foi observada a influência religiosa no seu desenvolvimento, pela elevação e edificação das primeiras igrejas e instituições e religiosas, prédios administrativos e residências da população mais seletiva da cidade, assim como as primeiras ruas.

Do século XVII ao final do século XIX, com o capital investido no cultivo da cana de açúcar, principal atividade econômica da região, a divisão da cidade era mais delimitada pelas funções econômicas, sociais, habitacionais e de trabalho das partes. Com uma evolução modesta do núcleo urbano da cidade da Parahyba, não ultrapassou seus limites originais: o rio Sanhauá e o topo da colina, mantendo relações estreita com o rio Jaguaribe no baixo curso, se restringindo, segundo Maia (2000), a chamada cidade tradicional.

Gonçalves *et al* (1999) destaca que, em 1850, a área urbana da cidade compunha-se por 1084 casas, sendo 39 sobrados, uma cidade pequena, carente de equipamentos urbanos e antiquada. Segundo Silva (1996, p.5) “Do ponto de vista urbanístico, comparando a cidade com outras capitais quanto às construções, edificações, infra-estrutura e etc., de

fato, a cidade estava aquém das inovações”. Cidade medíocre, aprazível, populosa [...], situada a margem direita a três léguas acima da embocadura do rio [...], ornada com casa pela misericórdia e seu hospital, um convento dos franciscanos, outro de carmelitas e terceiro de beneditinos [...], cinco ermidas [...] e dois elegantes chafarizes de boas águas.

Em 1872 a população do Município de João Pessoa era de 24.714 habitantes, com um conjunto de normativas e de incrementos que repercutiam mais intensamente na forma de vida urbana, com os moradores frequentando mais as ruas e a área do atual Centro da cidade. Até o século XIX, a vida social da cidade configurava a vida no campo, ao qual ela ainda estava muito vinculada – graças às produções agrícola e pecuária -, cabendo à mesma as funções administrativa, religiosa e comercial.

No final do século XIX, após a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, foram introduzidas modificações planejadas no centro urbano tradicional. Como afirma Murilo Marx (1991), com traços mais regulares e áreas públicas mais definidas e amplas, revelando não só uma racionalidade, mas também “[...] uma lógica partilha do solo, tendo em vista a comercialização” (MARX, 1991, p. 123-127). Na cidade denominada Parahyba do Norte, na Cidade Alta, encontravam-se as ruas: Direita, Nova, Matriz, Cadeia, Tambiá, Trincheiras, entre outras menos expressivas.

A Cidade Almeja o Mar: as melhorias urbanas e início da ocupação do Centro e do Sul-sudeste

No século XIX, com as transformações do cenário urbano brasileiro, a Independência do Brasil (1822), a criação

da Lei de Terras (1850), a abolição da escravidão (1888), a Proclamação da República (1889), o desenvolvimento da agropecuária e especialmente a intensificação da comercialização do algodão, assim como a substituição dos engenhos por usinas, a cidade assumiu uma nova posição no cenário econômico e político do país. Os fazendeiros e os senhores de engenho, passaram a residir, aos poucos e com suas famílias, mais permanentemente, na cidade.

Com a elite agrária constituindo uma elite urbana, fortalece político e economicamente a cidade e impulsiona recursos e serviços públicos na capital com base em novos valores. A cidade como importante pólo econômico regional começa a implantar equipamentos urbanos, de infraestrutura básica e aberturas de ruas e avenidas, como afirma Maia (2014, p. 97),

Mas o núcleo da cidade conserva o contraste entre os dois estilos distintos, o Varadouro e a Cidade Alta, embora essa parte ganhe nova aparência e se expanda na direção oriental do planalto e da margem esquerda do Jaguaribe. E as primeiras ocupações na direção ao litoral constituídas por sítios e por chácaras se instale em extensas áreas, limitando a continuidade na malha urbana (LAVIERI; LAVIERI, 1999).

No início do século XX, tentando negar seu passado colonial, sob a influência da modernidade e do progresso republicano a cidade aproximando do modelo urbano das cidades europeias então em voga, particularmente Paris e implanta progresso e modernização urbana como muitas outras cidades. Quando os investimentos do poder público voltam-se para a implementação de reformas sob o trinômio

sanear, circular e embelezar. Para preparar o solo urbano para a expansão territorial e populacional as reformas prioritárias foram instalar sistemas de esgotos, de abastecimento de água e de energia elétrica. Além de reformar prédios e fachadas, abrir praças e passeios arborizados, alargar vias, abrir novas vias e criar novos bairros.

No governo de João Machado (1908-1912) foram realizados na cidade, intervenções sanitárias e melhoramentos urbanos dos espaços públicos. Foram instalados serviços de abastecimento da água, de energia elétrica e de esgotamento sanitário. Foram pavimentadas ruas do centro, implantados sistema de transportes públicos: bondes elétricos e a Ferrovia de Tambaú que conectavam a cidade à orla, transformando esta num pólo de veraneio e local de lazer (RODRIGUEZ, 1994).

Deste modo, a “cidade modernizada” foi marcada pela expansão territorial, pela desconcentração do centro tradicional e pelo surgimento de novas centralidades, assim como pela diversificação de atividades e interesses sociais (MAIA, 2000). Aires de Casal, (1996, p 275) descreve a cidade no século XX como aprazível, com edificações religiosas e serviços, mais populosa, mas medíocre. Modernidade que envolveu elementos técnicos, científicos, espaciais e culturais, pois as alterações nas ruas interferiram nos valores e nos comportamento da sociedade ao impulsionar grandes mudanças no uso da cidade e no seu cotidiano. Martins (1992), a respeito do uso da rua, coloca que nas primeiras décadas do século vinte, a rua não era “[...] o lugar do público em oposição ao privado, apenas uma extensão do privado”,

servindo principalmente de lugar de contato entre vizinhos ou de acesso à igreja, tendo pouca importância na vida social das pessoas (MARTINS, 1992, p. 164).

No governo de Camilo de Holanda (1916-1920), a prosperidade econômica gerada pela demanda internacional da fibra de algodão - escassa nos países europeus no período pós-primeira guerra mundial – marca um momento de grande efervescência política e sociocultural, consolidando conceitos/modelos da modernização. Arquitetos mais modernos modificaram aspectos coloniais da cidade, introduzindo elementos decorativos diversos nas igrejas antigas e no prédio do tesouro e no calçado Ponto dos Cem Reis. E também construíram edifícios, praças, jardins e coretos, além de abrir novos bairros, ruas, avenidas e calçadas.

Para expandir a cidade para além do centro foram construídas a Avenida Maximiliano de Figueiredo e pavimentada a Avenida Cruz do Peixe (onde era o sítio Imbiribeira e funciona hoje a 'Usina Cultural Energisa'). Foi aberta a 'Estrada de Tambau'\hoje Avenida Eptácio Pessoa, partindo da Praça da Independência estendendo-se em direção a orla. Esta, como importante registro histórico do avanço da cidade, condecora uma figura importante na cidade que havia pretendido o cargo de Presidente da República, segundo Oliveira e Silva (2016)

Na época do prefeito Walfredo Guedes Pereira (1920-1924), visando construir uma cidade jardim, com separação de usos e organização funcional da cidade, foram desapropriados terrenos de propriedades/sítios familiares e construídas

praças e parques e arborizados diversos trechos da cidade (CASTRO, 2006, p. 13). Em 1922, foi organizado o Parque Arruda Câmara, com plantações de árvores e colocação de animais e aves de espécies raras para seu embelezamento. Começando a cidade a ser conhecida como a “cidade jardim”. Em 1924, para controlar as infecções e obstruir os limites da grande área alagadiça, foi retomado o saneamento na Bacia da ‘Lagoa dos Irerês’ que estava com obra paralisada.

O plano expansivo de Saturnino de Brito abriu avenidas e ruas, como a avenidas João Machado e as ruas: Trincheiras, Odon Bezerra e Walfredo Leal, que conduziram a ocupação dos bairros das Trincheiras e Tambiá, e a Avenida Cruz das Armas no rumo sul, segundo Oliveira e Silva (2016). As intervenções urbanísticas na cidade possibilitaram a expansão dos limites urbanos da cidade para além da área central, facilitando aos moradores uma frequência com maior regularidade da área do atual Centro. Intervenções que expressam o controle da iniciativa pública e privada na expansão do núcleo urbano da cidade e a distribuição da população ao longo dessas novas áreas, favorecendo a instalação das camadas de alta renda, a leste, ao longo do eixo da Avenida Epitácio Pessoa e, ao mesmo tempo,

A abertura das avenidas Getúlio Vargas e Cruz das Armas, ligando o centro ao Distrito Industrial e à rodovia ligando João Pessoa a Recife, transformaram várias propriedades rurais, localizadas ao longo de seus eixos, em parcelas de lotes pequenos que, sem muito rigor técnico, possibilitaram o crescimento da capital na direção do bairro de Cruz das Armas, segundo o historiador Arruda Melo (1993).

E induziram as classes populares para os setores de expansão ao sul/sudeste, ao longo do eixo da Avenida Cruz das Armas.

Na interventoria de Gratuliano Costa de Brito (1932-1934), no contexto da centralização política administrativa e da rearticulação de forças em nível nacional e estadual, com a ascensão do modelo de Estado que se dizia nacional, moderno e racional, instaura-se o Plano de Remodelação e Extensão da Cidade. Para possibilitar a movimentação de pessoas transformou a 'Lagoa dos Irerês' em Parque Solon de Lucena, como coloca Vidal Filho (1958, p.134) e foram construídas as Praças Vidal de Negreiros e finalizadas obras da Praça da Independência que representaram a consolidação da mancha urbana na direção leste, particularmente com a implantação dos bairros residenciais do Montepio e da Torre (SILVEIRA, 2004).

Pois os melhoramentos das vias que ligavam o centro da cidade às áreas litorâneas, especialmente Tambaú e Cabo Branco, como a linha do bonde e a Avenida Epitácio Pessoa, abriram novos eixos de circulação e expansão dessa área (VIDAL, 2004) e estimularam a ocupadas da praia de Tambaú. No início do século XX as residências da área eram de uma comunidade de pescadores que vivia da pesca e da extração do coco e de um grupo de franciscanos que construíram uma capela e uma missão para catequizar os membros da comunidade local, acometidos por malária (LEITÃO, 1998).

Com as obras de melhoramentos e os traçados urbanos das primeiras ruas, mais particularmente as projetadas ao longo de suas margens das praias (LEITÃO, 1998) os moradores da cidade passaram frequentar mais assiduamente

e ocupar estas areias da praia, que adquiriram maior valor residencial. Segundo Brito (2011) a segunda intervenção urbanística realizada na Lagoa do Parque Solon de Lucena e a abertura de vias de ligação do Centro à região litorânea contribuíram significativamente para o deslocamento da cidade de João Pessoa em direção ao mar. “[...], estes melhoramentos foram um marco no crescimento de João Pessoa na direção leste (onde está localizada a região litorânea da capital).

Durante o governo de José Américo de Almeida (1951-1955), a criação da Lei nº 570 que autorizava o Governo Estadual a estabelecer um convênio com a Prefeitura de João Pessoa para contribuir com os melhoramentos da capital, aumentam os investimentos do poder público na melhoria das infraestruturas das áreas “suburbanas” da capital, visando melhorias nos novos bairros. A cidade estende seus limites territoriais em uma área duas vezes mais extensa e aumenta a população urbana, expandindo-se do rio ao Mar, um sentido inverso de muitas cidades litorâneas do Brasil que se desenvolveram da costa para o interior.

Embora no início da década de 1960 a produção de moradias ainda fosse tímida, através da Fundação Casa Popular (FCP), Programa de Financiamento da Construção ou Melhoria da Habitação de Interesse Social (FICAM) e o Montepio dos Institutos de Previdência e Assistências (IAPs, IPASE) destinados a públicos específicos, como os Servidores do Estado, foram construídos 15 conjuntos habitacionais com 899 moradias em bairros adjacentes ao centro da cidade, destinados a algumas categorias profissionais (BONATES, 2009). Considerados estes de pequeno porte e construídos em

bairros adjacentes ao centro, não provocaram grandes transformações estruturais no espaço urbano

Com a perda de importância da produção agrícola e o deslocamento de várias atividades econômicas para comércio e prestação de serviços (FORMIGA, 2007), o mercado imobiliário assume papel importante na ocupação urbana, associado ao poder público. A construção da ponte sobre o Rio Jaguaribe, a pavimentação e arborização nas calçadas e no canteiro central da Avenida da Avenida Presidente Epitácio Pessoa estimularam as primeiras edificações de residências do bairro da Torre e do quartel do 1º Grupamento de Engenharia, com vila para oficiais e um Hospital. A construção da Avenida Getúlio Vargas estimulou ações nas áreas próximas e intensificou a locomoção entre o Centro e a praia, favorecendo o deslocando de João Pessoa na direção leste (região litorânea), particularmente no sentido praias de Tambaú.

As construções da capela de Santo Antônio e do hospício acentuaram a transferência das residências dos mais ricos do Centro para o leste da cidade ocupando áreas que abrigavam vilas de pescadores em habitações simples, feitas e/ou cobertas de palha. O lançamento de novos loteamentos nas áreas adjacentes e a implantação dos novos bairros de classe média e alta acelerou o processo de ocupação das margens da Avenida Epitácio Pessoa. Ocupação caracterizada pelo predomínio de residências diversificadas e fragmentadas, alguns trechos de residências modernas e suntuosas e outros de residências mais simples, de conjuntos habitacionais.

A Política de industrialização e de habitação, através dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) subsidiaram a construção de Conjuntos Habitacionais, dirigidos, majoritariamente, à classe média e baixa, como: Tambiá, Torre, Jaguaribe e Expedicionários (BONATES, 2009). Silva e Medeiros (1993 apud FORMIGA, 2007) colocam a expansão da cidade, particularmente na direção da orla marítima, como produto de ações combinadas do Estado e das grandes corporações privadas, construtoras e agentes imobiliários que utilizam atributos seletivos para definir os valores de uso e de troca das novas áreas.

O processo de ocupação dos bairros litorâneos foi estimulado pela instalação de sistemas de infraestrutura e de transporte, aliado à disseminação de um entendimento da praia como veraneio nas grandes cidades litorâneas brasileiras. Área considerada privilegiada, de busca de amenidades (como o mar, o sol, sal, o verde, etc.). Processo de especulação do preço do solo urbano para habitação que constituiu símbolo de status e de ascensão social (CORRÊA 2005), inicialmente com residências de veraneio que iam se tornando residências permanentes.

A Lei Estadual número 1.366, de 02 de dezembro de 1955 que cria a Universidade da Paraíba, unificando escolas de nível superior descentralizadas, várias faculdades de diversos pontos da cidade, transformam-se em Universidade Federal da Paraíba, em 13 de dezembro de 1960, Lei número 3.835. A construção do Campus Universitário da Universidade Federal implementa estrutura universitária que estimula um conjunto de atividades comerciais e de serviços e transfere atividades

universitárias dos bairros do Centro para o entorno da Universidade.

E incentiva políticas governamentais a construírem edificações, como os conjuntos habitacionais no entorno da Universidade, próximas ao campus. Como a construção de conjuntos que se transformaram em bairros: Jardim Cidade Universitária, Castelo Branco e Bancários. E incorporaram áreas novas adjacentes da cidade construindo bairros, como: Torre que passou a assumir papel relevante no novo contexto urbano de João Pessoa, particularmente no crescimento no sentido sudeste.

Com a extinção da Fundação Casa Popular e a criação do Plano Nacional de Habitação (BNH), para dinamizar a economia e desenvolver o país (geração de empregos, fortalecimento do setor da construção civil, etc.), como a construção de novas vias de circulação do espaço intraurbano e outras intervenções públicas ativadas por órgãos federais, impulsionam o processo de reestruturada da cidade, embora até os anos sessenta a vida da cidade concentrava-se mais no centro.

Intervenções públicas significativas na expansão da cidade foram a construção da Avenida Cruz das Armas, predominantemente comercial e outros serviços na conexão entre João Pessoa e Recife, como a construção de residenciais próximos, para população de baixa renda. A instalação do Distrito Industrial transferiu a população de renda média e média-baixa na direção sul e sudeste e a implantação do Campus Universitário, representaram o início da expansão da cidade na direção sul/sudeste.

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

Com os incentivos do Estado, através das Políticas Públicas voltadas para infraestrutura, serviços e habitação, financiada pelo BHN, via Institutos de Aposentarias e Pensões (IAPs) e a Fundação Casa Popular (FCP), com os agentes imobiliários exaltando e valorizando das áreas das praias, fizeram a capital expandi-se na direção ao mar, região da "orla" leste, particularmente das faixas litorâneas dos bairros de Cabo Branco, Tambaú e, posteriormente, do Bessa.

O direcionamento da ocupação da cidade na direção do mar, nas margens da faixa litorânea e da Avenida Epitácio Pessoa, foi marcada pela criação de diversos Conjuntos/Bairros/ dentre os principais se destacam: Bairro dos Estados (1950); Conjuntos Pedro Gondim (1968), Expedicionários (década de 1950), Jardim Miramar (década de 1950) entre outros (OLIVEIRA; SILVA, 2016). Assim como Santa Júlia, Miramar, Brisamar Expedicionários, Torre e Tambauzinho.

Do Mar aos Campos/savanas: a Política Urbanista e Nacional de Habitação espalha a cidade

Com a implantação do Regime Militar e a institucionalização do planejamento urbano no país foi adotada a estratégia política aliada aos interesses da construção civil, para barrar os conflitos sociais ligados aos movimentos populares pela moradia. O Congresso Nacional aprova a proposta de criação do Plano Nacional de Habitação

e Urbanismo, o Banco Nacional de Habitação (BNH), através da Lei nº 4.380, de 21 de Agosto 1964 e cria o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) (SILVA, 2005). A partir da década de 60, a política urbana coloca o planejamento como a solução para o “caos” urbano e controle do crescimento das favelas e ocupações irregulares.

A respeito da atuação dos governos militares aponta Silva (1996, p. 9), de um lado tinham que atender aos interesses do capital industrial a partir da criação de infraestrutura nos grandes centros e de outro tinham que atender os interesses da população brasileira no tocante às questões sociais que, no âmbito urbano significava a construção de moradias populares e a geração de empregos. No contexto desta contradição, o governo então esboça pela primeira vez uma política urbana no país (SILVA1996, p. 9).

O BNH como principal órgão da política habitacional e urbana do país, “[...] orientado para disciplinar e controlar o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) deveria promover a aquisição de casa própria, especialmente pelas classes de menor renda” (AZEVEDO & ANDRADE, 1982, p. 61). Nesse sentido o Governo Federal criou projetos de políticas públicas de habitação social direcionados para a construção de moradias e conjuntos e infraestrutura, financiados pelo BNH, que englobava os serviços básicos, como: “água tratada, esgoto sanitário, energia elétrica, centro de saúde, escolas, vias urbanas e transporte coletivo (BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO, 1979).

Segundo Cavalcanti (1999) e Lavieri & Lavieri (1999), a atuação do BNH na Paraíba divide-se em quatro etapas

diferentes. A primeira, entre os anos 1964 e 1967, caracterizada pela estruturação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que agrega a Caixa Econômica Federal, alguns bancos privados, as companhias estaduais de habitação e os institutos de orientação às cooperativas habitacionais.

Momento em que a cidade de João Pessoa mantinha uma configuração bastante compacta em torno do seu centro histórico, mas o poder público municipal e estadual, para investir na construção de conjuntos habitacionais populares, cria programas habitacionais direcionados à população de baixa renda, contemplando, além da moradia, o acesso à “infraestrutura urbana e equipamentos comunitários.

O estado em parceria com órgãos-gestores, como o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP), a Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP), o Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Servidores do Estado (IPASE) e o Instituto de Previdência do Estado da Paraíba (IPEP), obedecendo aos padrões das demais cidades brasileiras e as diretrizes do processo de urbanização governamentais, firma parceria com o Estado da Paraíba, em 1978. Com a participação do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP) e da Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP), fundada no dia 04.06.1965 através da Lei 3.328, construiu as primeiras 560 unidades do conjunto Castelo Branco. E outros Conjuntos foram construídos, como: Jardim Treze de Maio, conjunto Boa Vista (hoje bairro dos Ipês), Pedro Gondim, Redenção e conjunto dos Funcionários somando 1.703 domicílios. Lavieri & Lavieri (1999) coloca que o número de domicílios em João

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

Pessoa cresce 33,5% na década de 1960, devido principalmente seis conjuntos habitacionais entre 1967 e 1969 pelo SFH.

Com a prefeitura Municipal, como na maioria das capitais e grandes cidades do Brasil, inicia a prática do planejamento urbano através das secretarias de planejamento das prefeituras. Para financiar construções de habitações para os segmentos de faixa de renda mais elevada, a iniciativa privada usou financiamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Para os segmentos de renda mais baixa, salários inferiores a três salários mínimos mensais, o Governo Federal enfatiza a construção de conjuntos populares.

Política que funcionou com os Programas de Lotes Urbanizados (PROFILURB), criado em 1978, Programa de Erradicação da Sub-Habit (PROMORAR) em 1979 e o Programa Nacional de Habitação para o Trabalhador Sindicalizado (PROSINDI) em 1980. O Programa PROMORAR, mesmo que privilegiasse mais a classe média, com obras de infraestrutura na cidade legal (formal), apresentou maiores realizações junto às populações de baixa renda, particularmente ampliando as faixas de atendimento para inclusão da população de rendas entre três a cinco salários mínimos. E tentando conter o crescimento das favelas, “[...] oferece uma alternativa habitacional dentro do Sistema Financeiro de Habitação àquelas pessoas marginalizadas dos programas habitacionais das COHABS” (AZEVEDO & ANDRADE, 1982, p. 104).

A Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), em parcerias com o Governo Federal, desenvolve diversos

programas municipais habitacionais como os Programas de Arrendamento Residencial (PAR), Resolução 460, Orçamento Geral da União (OGU), Crédito Solidário, Habitar Brasil, Fundurb, Programa de Subsídio Habitacional (PSH), Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e Minha Casa. Minha Vida (MCMV) além da Outorga Onerosa, com recursos locais (SEM HAB/PMJP, 2012).

Através destas parcerias iniciam ações relacionadas à habitação, privilegiando as construções dos conjuntos habitacionais com recursos do Banco Nacional de Habitação (BNH). E, assim foi intensificando na cidade de João Pessoa a ocupação da região sul e sudeste da cidade, com remoção de favelas, através da CEHAP. Se em 1960 a cidade possuía 2,4% dos seus domicílios em conjuntos habitacionais, no final da década este percentual era de 6,4%:

A política habitacional nacional, financiada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) marcou maior intervenção do Estado na questão habitacional para os segmentos da população mais pobres, acelerando a construção dos conjuntos habitacionais e intensificando a urbanização e a formação dos agrupamentos, em particular, os populares que abrigaram uma população de 155.091, correspondendo a 31,44% da população total de residentes em domicílios particulares permanentes do município.

Entre as décadas de 1960 e 1970, a construção das Avenidas Dom Pedro II, ligando o centro à universidade, contornando a Reserva Florestal da Mata do Buraquinho, direciona a ocupação da cidade na direção sul-sudeste e Oeste da cidade. A Avenida Presidente Epitácio Pessoa permitiu a

formação de novos bairros residenciais para as classes mais abastadas ao conectar o centro urbano à orla marítima, na direção centro-leste.

Entre 1968 e 1969 a construção dos conjuntos habitacionais de grande porte que interferiram na reordenação urbana da cidade. De 1970 a 1974 o BNH afastou-se ainda mais do financiamento ao mercado popular, como atesta Azevedo e Andrade (2011, p. 70) “Se, nos primeiros anos, os investimentos privilegiaram as classes populares em período posterior, de 1970 a 1974, tais segmentos passam para plano secundário e, somente, a partir de 1975 voltam a ocupar lugar de destaque”.

Mas os investimentos mais marcantes na questão da moradia se deram a partir de 64, quando começaram a ser construídos conjuntos habitacionais seguindo a política do BNH. De 1970 a 1977, com o aumento dos investimentos do poder público municipal e estadual na construção de conjuntos habitacionais determinaram o crescimento da cidade em 2.371 ha, correspondendo a um crescimento de 34%, valor bastante alto, considerado o curto intervalo de tempo. Quando foram construídos com financiamento do BNH os conjuntos Costa e Silva (1971) e João Agripino (1974), além da ampliação do conjunto Castelo Branco

Na década de 1960 a construção das rodovias federais BR-101 (em direção a Recife) e da BR-230 (em direção a Cabedelo) e a implantação do Campus Universitário, representaram o início da expansão da cidade na direção sul/sudeste. Assim a instalação do Anel Rodoviário – composto pelas BR 101 e BR 203 a construção das rodovias federais BR-

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

101 (em direção a Recife) e da BR-230 (em direção a Cabedelo), as aberturas das Avenidas Beira-Rio, cortando o bairro da Torre de ponta a ponta, e da Avenida Dom Pedro II, ligando o centro da cidade e áreas leste, formaram dois novos eixos de ligação entre e sudeste e sul e iniciaram processo de expansão do tecido urbano na capital na direção sul-sudeste.

A construção da Avenida Cruz das Armas e Av. Epitácio Pessoa estimularam a ocupação das áreas próximas, com a construção dos atuais bairros de: Expedicionários; Pedro Gondim; Bairro dos Estados; Tambauzinho e Torre. A Avenida Presidente Epitácio Pessoa conectando o centro urbano à orla marítima permitiu a formação de novos bairros residenciais para as classes mais abastadas, na direção centro-leste.

A partir de 1976, contudo, houve uma tentativa de retorno da questão da habitação popular para contenção dos conflitos sociais, particularmente relacionadas à luta por moradia dos movimentos populares. O favorecimento de investimento começou com a criação do Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAPA). Os convênios do Banco Nacional de Habitação (BNH) com as cooperativas e Instituto de Orientação, às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP) e as Companhias Habitacionais (COHAB's), criados e coordenados pelo Governo Federal (ORRICO, 2004) aceleram as construções dos conjuntos habitacionais.

Muitas destes Conjuntos construídos decorreram de propriedades rurais, geralmente extensas, que foram desmembradas e loteadas, como a denominada Itubiara, para construção dos Conjuntos Habitacionais. De 1970 a 1983, foram entregues 15.632 domicílios, financiados pelo Sistema

Financeiro de Habitação (SFH), tendo à sua frente o Banco Nacional da Habitação (BNH). Empreendimentos direcionaram a expansão urbana a partir de dois eixos: norte, concentrando a população de melhor poder aquisitivo, e sul, prevalecendo a população de baixa renda.

Para os setores de menor renda – de um a três salários mínimos - criou programas, como o Programa de Erradicação da Sub-Habit (PROMORAR) em 1979, o Programa de Lotes Urbanizados (PROFILURB) em 1978, o Programa Nacional de Habitação para o Trabalhador Sindicalizado (PROSINDI). Além de vários outros Conjuntos Habitacionais na porção sul-sudoeste, como o Costa e Silva (1971), Ernani Sátyro (1977), José Américo (1978), Ernesto Geisel (1978), Cristo Redentor (1981) e Bairro das Indústrias (1983).

Os conjuntos habitacionais mais significativos foram: Ernesto Geisel, José Américo de Almeida, Mangabeira e Valentina de Figueiredo. Sendo os Conjuntos Mangabeira I (1983), com 3.238 habitações, Mangabeira II (1985) com 6.344 habitações (CEHAP, 2011) e Conjunto Valentina de Figueiredo (1985) os maiores. O conjunto Castelo Branco construído em três etapas: 1969, 1970 e 1974, ao lado do campus universitário. E subindo a colina em direção ao sul e o setor centro-sul, através de cooperativa, cujos associados eram bancários e servidores da UFPB, apoiados por financiamento do BNH e INOCOOP o Conjunto dos Bancários (1980) e os agregados: Anatólia, Água Fria, Cidade Universitária, Jardim São Paulo, chamados “Complexo Bancários”.

No período de 1970 a 1983, foi construído um total de 15.632 domicílios financiados pelo Sistema Financeiro de

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

Habitação (SFH), tendo a sua frente o Banco Nacional da Habitação (BNH). Entre a década de 1970 e 1980 a cidade estende-se em direção ao Sudeste, processo que se deu através da construção de habitações populares pelo poder estatal.

Na Cidade de João Pessoa, em 1980, os novos investimentos na cidade criaram infraestrutura urbana e construíram conjuntos habitacionais, em parcerias com órgãos-gestores e participação do poder privado. Programas governamentais destinado à parcela da população de baixa renda, o Programa de Financiamento da Construção ou Melhoria da Habitação de Interesse Social (FICAM), criado em 1944, constrói residenciais para as populações de baixa renda.

Em torno do Conjunto Valentina de Figueiredo (1985) foram edificados núcleos habitacionais agregados (1987), com programas governamentais destinados à parcela da população de baixa renda, Água Fria, Mangabeira e José Américo que ocuparam os extensos tabuleiros e adquiram feições urbanas, chegando às cidades vizinhas, com crescimento da região sudeste. E mais ao sul Hernani Sátiro (1977), Ernesto Geisel (1978) e José Américo (CALVACANTE, 2004).

Entre 1971 e 1976, com financiamento do BNH, através do Projeto Comunidade Urbana (CURA), foram feitas obras de recuperação, pavimentação, saneamento básico e implantação das áreas de lazer e melhorias nos bairros de Manaíra e Cabo Branco. A partir de 1976 foram construídos onze novos conjuntos habitacionais, através de três agentes INOCOOP, o IPEP e a CEHAP. Pelo INOCOOP foram os conjuntos de melhor localização e oferecidos para a

população de maior renda: Brisa Mar e Altiplano Cabo Branco. Pelo IPEP os conjuntos dos Ipês, Esplanada e Alto do Mateus. E pela CEHAP os conjuntos Ernani Sátiro, Ernesto Geisel e José Américo, entre outros, entregues sem pavimentação, sem saneamento básico e com abastecimento de água precário. Também financiados pelo IPEP foram os Conjunto do Grotão, Valentina Figueiredo e Funcionários II. Em contrapartida do BNH e SFH, os conjuntos Mangabeira I e II, financiados pela CEHAP.

Entre 1983 e 1984, foram construídos Mangabeira III, IV, V, e o PROSIND que, segundo a CEHAP, superou 9.400 unidades, distribuídas na porção sul/sudeste da cidade, perfazendo mais de 11.300 domicílios. Isto significa que, em apenas três anos, 25% do incremento do número de domicílios da cidade foi proveniente da construção desses conjuntos residenciais. Entre os anos de 1980 e 1991, esse percentual sobe para 32,5%, período em que os conjuntos habitacionais eram, frequentemente, entregues à população sem saneamento básico, sem pavimentação, sem abastecimento de água e sem transporte público (CAVALCANTI, 1999).

Alguns grandes e com aglomerações intensas que chegaram a condição de bairros, segundo o IBGE (1983) se fosse uma cidade, Mangabeira seria a sexta maior do estado, abrigando uma população de 75.988 habitantes em uma área territorial de 1.069 hectares. Quando João Pessoa apresenta uma transformação espacial com com intensificação da ocupação do espaço urbano, sobretudo na periferia da cidade entre as décadas de 1960 a 1980. Aceleração da expansão

urbana, através da construção dos conjuntos habitacionais, que chega a atingir os municípios vizinhos. Os conjuntos habitacionais em João Pessoa 1991 (IBGE, 1991) abrigavam uma população de 155.091 correspondia a 31,44% do total de residentes em domicílios particulares permanentes do município (MAIA, 2000).

No período pós-1968 a capital paraibana intensificou a política pública de urbanização e de habitação, mediante a construção dos conjuntos que redefiniram a estrutura urbana mais ao sul, transferindo os segmentos mais pobres do centro para a periferia. Pois, as empresas, para reduzir custos com terras e construções, adotaram produções uniformizadas nas áreas periféricas da cidade, descontextualizada da realidade ambiental e cultural da região, com precária infra-estrutura e serviços básicos. Segundo o Fórum Estadual de Reforma Urbana da Paraíba (FERURB/PB), a construção dos conjuntos habitacionais populares para a população mais pobre, através de políticas habitacionais, foi com baixo nível de infraestrutura de água, de esgoto e de pavimentação.

Desse modo, as construções dos conjuntos habitacionais foram determinantes na aceleração da urbanização e na formação dos agrupamentos da cidade em duas direções: nordeste e sudeste. Momento em que se acentuaram as críticas as ações do BNH pela desarticulação entre as ações dos órgãos responsáveis pelas construções das casas populares e os encarregados pelos serviços urbanos. E as construções de grandes conjuntos habitacionais, localizados nas regiões periféricas e, praticamente, desprovidas de infraestrutura como forma de baratear os custos das

moradias, coloca a questão da participação da representação dos mutuários e pretendentes que são grande parte da população de baixa renda que não consegue acessar as moradias financiadas pelo banco. Situação que estimula o aumento do número das autoconstruções e dos loteamentos precários empreendidos pelos mais pobres que aumenta os conflitos sociais e particularmente as organizações e os movimentos populares relacionados a moradia.

Até 1980, através das COHABs aumentam os investimentos no mercado popular e ampliam as faixas de atendimento da população de rendas entre três a cinco salários mínimos. Mas, segundo Denaldi (2005), o crescimento das cidades brasileiras foi acompanhado pelas habitações precárias que formavam os aglomerados para pobres. Os Aglomerados Subnormais que, segundo o IGBGE, constituem formas de ocupações irregulares de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas. Estes, em geral, caracterizados pelo padrão urbanístico irregular, pela carência de serviços públicos essenciais e pelas localizados em áreas restritas à ocupação. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros (IBGE, 2010).

Com o BNH não conseguindo abater o déficit habitacional no país, como afirma Maricato (1987, p.55) o objetivo social do banco foi penalizado, apesar dos expressivos resultados quantitativos alcançados, cerca de 4,5 milhões de unidades habitacionais. Considerando que 48,8%

do total de construções foram destinadas as camadas medias e 33,5% aos setores populares.

[...] o mais grave a ser observado, entretanto, é que apesar do esforço de chegar às camadas mais pobres da população, bastante propagandeado pelo BNH, ele não logrou sequer atenuar o intenso processo de favelização e de queda na qualidade habitacional que foi flagrante nas cidades brasileiras. Os números e empreendimentos apresentados podem ser considerados positivos em si mesmos, mas nunca se relacionados ao oceano da demanda habitacional popular no Brasil (MARICATO, 1987, p.55).

Assim, o BNH, apesar do propósito de atender a faixa de um a três salários mínimos, sob o domínio dos interesses dos agentes financeiros, da indústria da construção civil e dos promotores imobiliários, beneficiou mais o segmento da população de maior renda, da classe média com construções de melhor nível e tendendo mais a verticalização. Nas áreas da orla são registradas maiores ocupação mais horizontais, mas inicia a verticalização, com prédios com maiores pavimentos.

A partir da crise econômica mundial de 1979, o Brasil passa por um período de altas taxas de inflação, com recessão e desemprego atingindo a arrecadação do FGTS e as

cadernetas de poupança que alimentam os agentes financeiros privados (SBPE). A queda no poder de compra da população aumenta as inadimplências, coloca a classe média como público alvo das políticas habitacionais, mas aumenta as inadimplências significativamente no início dos anos 80. Mas com o aumento das críticas às ações do governo federal na área habitacional e outras áreas, aumenta a oposição ao regime. Segundo Rolnik (2015, p. 286) houve uma “[...] ruptura da coalisão de interesses empresariais e políticos que se articularam para sua criação, a crise do regime ditatorial e de sua base de sustentação econômica e política”.

O SFH/BNH não resistindo a crise vivenciada nos anos de 1981 e 1982, principalmente e as pressões populares, particularmente do Movimento dos Mutuários da casa própria que buscavam renegociar suas dívidas (AZEVEDO e ANDRADE, 2011, p. 70), em 1983, o presidente José Sarney tentou, através de uma medida de concessão, elevar subsidio para os mutuários do SFH, diante da evidência de colapso do SFH. Mas, tal medida se mostrou ineficaz e, a partir do Decreto nº 2.292 de 21 de novembro de 1986, decretou a extinção do Banco Nacional de Habitação.

A partir 1989, João Pessoa vai revelando mais as contradições e desigualdades na ocupação e na formação dos territórios intraurbanos com crescimento e expansão sem melhorias na qualidade de vida de sua população (LAVIERI e LAVIERI, 1999). Nesse período acentua-se o caráter elitista e concentrador do banco, com as transferências dos créditos imobiliários do modelo de subsidio para gestão e cobrança,

modelo empresarial que dificultou ainda mais o atendimento das camadas de baixa renda.

E, aumenta o número de Aglomerados irregulares e de autoconstruções em loteamentos precários, geralmente da população de baixa renda que não consegue acessar as moradias financiadas por bancos segundo o Código de Urbanismo (1976). Processos político-administrativos e socioeconômicos com dinâmica espacial caracterizada pelo estabelecimento de grandes vias e pela presença dos conjuntos residências mais limitados, mas que constituem elementos reguladores do espaço. Com a cidade expandindo-se de forma espraiada, do centro para os bairros a capital supera o crescimento de Campina Grande. Mas, com um deslocamento dos segmentos de baixa renda que habitavam as áreas centrais da cidade, gradativamente, transferidas para regiões periféricas, para os conjuntos habitacionais populares ou aglomerados irregulares.

A partir de 1997, a prefeitura de João Pessoa criou programas para construção de condomínios localizados nas áreas periféricas da cidade, onde historicamente eram construídos os Conjuntos Habitacionais. Os principais são “É pra Morar”, “Habitar Brasil” e “Morar Melhor”. “É Pra Morar”, atuou mais ao sul, na construção de Conjuntos Habitacionais, como: José Vieira Diniz\ Distrito Industrial, Radialista, Ivan Bichara, Bancários, Ipês, Alto do Mateus, Esplanada, Anatólia, Cristo, Grotões, Mangabeira (II), Bairro das Indústrias (Distrito Industrial), Parque Arruda Câmara (Roger).

Na década de 1980 foram construídas 8.492 unidades nos conjuntos habitacionais: Bancários, Radialista, Esplanada,

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

Anatólia, Grotão, Bairro das Indústrias, além da implantação do Conjunto Mangabeira I, com 3.238 o maior dos conjuntos construídos, foi iniciada a construção dos conjuntos Mangabeira II (6.344 unidades) e Valentina de Figueiredo (4.406 unidades). Construções que intensificaram o processo de periferação e expansão do tecido urbano da cidade para o sudeste.

QUADRO 02 - CONJUNTOS HABITACIONAIS FINANCIADOS PELO SFH (1980/1983)				
NOME	ANO	UNIDADES	BAIRRO	INSTTTUÇÃO
Radialista	1980	92	Radialista	CEHAP
Ivan Bichara	1980	450	Alto do Mateus	CEHAP
Bancários	1980	1.500	Bancários	INOCOOP
Ipês	1980	181	Ipês	IPEP
Alto do Mateus	1980	404	Alto do Mateus	IPEP
Esplanada	1980	741	Esplanada	IPEP
Anatólia	1981	222	Bancários	INOCOOP
Cristo	1981	276	Cristo	INOCOOP
Grotões	1982	910	Grotões	CEHAP
Mangabeira I	1983	3.238	Mangabeira	CEHAP
Bairro das Indústrias	1983	262	Distrito Industrial	INOCOOP
Parque Arruda Câmara	1983	216	Roger	INOCOOP
Total		8.492		

Fonte: TADDEY e DUAYER apud LAVIERI & LAVIERI (1999).

O BNH, como órgão pioneiro da política habitacional de amplitude nacional, foi responsável por 25% das unidades habitacionais construídas no país, deixando marcas importantes no espaço urbano, na estrutura institucional e na concepção de política. Mas as mudanças na economia mundial e nacional esgotam o sistema político que deveria atenuar as desigualdades sociais, pela via da habitação, apesar do esforço de atingir a parcela da população mais carente, o BNH não conseguiu conter o agravamento da questão habitacional no país, como afirma Maricato (1987, p.55). Mas Roberto Lobato Corrêa (1989) esclarece que teve papel significativo no processo de descentralização e de criação de centros

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

secundários, comum na dinâmica das cidades brasileiras e, transformando o núcleo original da cidade.

Assim, a cidade de João Pessoa se expande com adensamento populacional, mas limitado na infraestrutura e nos serviços básicos, particularmente de transportes públicos, comprometendo as condições de vida dos segmentos da população de baixa renda da cidade. Pois, além dos agrupamentos e das edificações populares regulares, formou 150 favelas.

A Cidade ocupa a terra, o mar e o Céu, mantendo o estilo Casa Grande e Senzala

Com a extinção do BNH, em 1986, as atividades relacionadas à produção da habitação, o poder público investindo em novas áreas com equipamentos públicos e outras benfeitorias urbanas, os centros históricos entram em estagnação econômica. Na cidade de João Pessoa o Centro Histórico entra em estagnação econômica conservando a diferenciação entre Cidade Alta e Cidade Baixa.

A cidade Alta, menos valorizada que anteriormente por concentrar número significativo de sobrados, casarões, infraestrutura e equipamentos, perde a função de residência dos mais abastados, mas mantém algumas atividades de negócios. Alguns residências e edifícios se mantêm com comercio geral, administração pública, escritórios de profissionais liberais e consultórios médicos-odontológicos.

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

Mas vai se revelando incapazes de atrair novos e modernos investimentos e vai passando por processo de depredação e de subutilização.

A cidade baixa, Bairro do Varadouro, como solo urbano cada vez mais desvalorizado, mantém o comércio de pequeno porte (oficinas mecânicas, depósitos), armazéns, etc, e aumenta a aglomeração de famílias pobres.

Na década de 1980, com várias cidades do mundo voltando atenções para “centros Históricos” e criando política pública de recuperação de centros históricos, os gestores públicos da cidade de João Pessoa, justificando a necessidade de incrementar o turismo e recuperar os espaços públicos, supostamente abandonados, buscaram projetos de revitalização/requalificação da área.

Projeto iniciado em 1987, a partir do Convênio Brasil/Espanha, inicialmente composto por: Ministério dos Assuntos Exteriores da Espanha /Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI), Ministério da Cultura do Brasil/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Governo do Estado da Paraíba e Prefeitura Municipal de João Pessoa. Com entidade gestora local deste Convênio a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa atuaria tecnicamente acompanhando a restauração de prédios históricos e de edificações isoladas, casarões até outros prédios históricos, para posterior habitação, comércio ou administração pública.

Nessa perspectiva, o Centro Histórico da Cidade Histórica da João Pessoa, composto por igrejas, casas,

sobrados, ruas, monumentos que guardavam a monotonia das ruas de tempos lentos, foi alvo da atuação dos órgãos de preservação cultural, para recuperar os resquícios da cidade histórica e dinamizar a área, amenizando o déficit habitacional e melhorando as condições de vida da população que residia e residiria no Local.

Projeto de Requalificação/Revitalização iniciado na Cidade Alta com intervenções de recuperação de trechos da estrutura urbana do Centro Histórico para conservar e valorizar o patrimônio cultural. Restaura monumentos do Centro Histórico e dos conjuntos edificados, melhorando a infra-estrutura com a inserção de novos usos, para resgatar o caráter de centro histórico, comercial e de serviços diversificados com bons níveis de qualidade.

Mas com as mudanças de concepção do patrimônio histórico e cultural e os novos interesses envolvidos o Projeto da Prefeitura de João Pessoa (PMJP) priorizando a construção do Parque Ecológico Sanhauá, vislumbra para a Cidade Baixa a construção de grande área de convivência, com praça, mirante, elevador panorâmico e passarela. E com essa finalidade restaura prédios, recupera praças, reordena e calça ruas e outras partes do tecido urbano da área histórica. E priorizando a implementação e expansão das atividades turísticas esportivas, em detrimento dos aspectos sociais mais relacionados ao patrimônio histórico edificado e imaterial e à cultura local, dos ribeirinhos, intensifica o projeto de remoção dos moradores locais.

No Varadouro, especialmente no Antigo Porto do Capim, para construção das bases para lazer e diversão da

população da cidade como novo relacionamento com o seu patrimônio cultural, prioriza o desenvolvimento econômico com ações de transformação da área. Para tanto inicia a desocupação e remoção das famílias residentes para outras áreas. Relocação de famílias moradoras da área que residem na área há mais de 50 anos apontando para o comprometimento da condição de Comunidade Ribeirinha. “Está vivendo onde a nossa cidade nasceu e começou é a concretização de um sonho que guardo desde minha juventude. Viver no Centro Histórico é reencontrar nossa história e conviver com as possibilidades e riquezas da cultura local” (V. V. moradora local).

Com o poder público concentrando os investimentos públicos nos espaços centrais da cidade para valorizar o solo urbano dessas áreas, contempladas com equipamentos públicos e benfeitorias urbanas, inicia o processo de expulsão dos moradores de baixa renda que habitavam as áreas centrais da cidade para regiões periféricas, sobretudo para os conjuntos habitacionais populares. Assim o Projeto que tinha como objetivo integrar o Centro à orla da Capital confronta, expulsa e remove os moradores Ribeirinhos e prejudica o potencial cultural da Comunidade Ribeirinha e a área Histórica da cidade que pode perder a característica de residência ao prioriza o turismo e o comércio.

Assim, a partir de 1985, os incentivos públicos em infraestruturas e serviços atraem a elite local para áreas próximas ou na praia, de caráter mais permanente ou para Bairros mais bem localizados. Pois, com a inauguração do Hotel Tambaú, em 1971, primeiro hotel de luxo da capital e o

redimensionamento do sistema viário das áreas da orla marítima valorizando a área das praias, os pescadores são empurrados em sentido inverso, para áreas mais próximas do rio Jaguaribe (COUTINHO, 2004, p. 52).

A abertura das avenidas José Américo de Almeida (popular Beira-Rio, antiga Adolfo Cirne), Barão de Mamanguape, Rui Barbosa, Juarez Távora atraíram edificações comerciais, de lazer e de serviços que privilegiaram áreas nobres e desenvolveram o potencial turístico com a expansão da rede hoteleira na região da orla marítima, (LAVIERI E LAVIERI, 1999). Quando a expansão da cidade direciona-se ao leste, no sentido as praias de Tambaú e de Cabo Branco e região litorânea ao norte (bairros do Bessa, Jardim Oceania e Aeroclub). Áreas social e economicamente mais atrativas das praias (Tambaú, Manaíra e Bessa, e de seu entorno), com maiores oportunidade de emprego e melhores condições de vida, tornaram-se alvo dos mais variados investimentos particularmente em moradias verticalizadas e tornaram-se os centros comerciais e financeiros mais dinâmicos da cidade.

Assim, consolida a moradia de classe média e média alta em prédios habitacionais multifamiliares verticalizados, cada vez mais altos nos bairros da orla leste, em Bairros em processo de ocupação e de urbanização, como o Bessa e bairro no extremo norte da orla marítima da cidade que também se verticalizam, embora de forma moderada, com prédios entre quatro e seis pavimentos e de forma ainda pontual em Miramar e Jardim Luna, bairros pericentrais entre o Centro e a orla.

Em 1990 a análise de desenvolvimento humano em João Pessoa, considerando os chefes de família e as pessoas acima de cinco anos, mede as possibilidades de inclusão e baixa exclusão (Relatório de Desenvolvimento Humano Global do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), mostrando a concentração da população com mais anos de estudo em Brisamar e pior nível nos bairros São José seguida de Alto do Céu. E dos 600 mil habitantes residentes na cidade, aproximadamente 34% moram em favelas. E os dados do IBGE com projeção para 2000 confirmam que nem metade dos mais de 170 mil domicílios de João Pessoa é atendida pela rede de esgotamento sanitário (apenas 65 mil domicílios são ligados à rede de esgoto).

Com a fragilidade das políticas voltadas para as construções de moradias populares e infraestrutura aumenta a produção de favelas e de outros tipos de moradias precárias e ilegais. João Pessoa que, em 1997 havia 108 aglomerados urbanos subnormais, em 2010 sobe para 120 locais, mais de 25 mil domicílios e cerca de 91 mil habitantes. E 26 destas favelas estão localizadas em áreas inapropriadas para habitação, margens de córregos e rios; outras doze estão divididas entre os manguezais, ferrovias e rodovias

Com responsabilidade do financiamento da habitação, pelo Estado brasileiro, atribuídas à Caixa Econômica Federal (1997 a 2001), a Prefeitura Municipal de João Pessoa, criar a Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social (SETRAPS) em 1988, como responsável pelas políticas sociais do município, incluindo os programas de habitação. Embora os recursos públicos especialmente voltados à habitação

diminuem acentuadamente. Em 1997 o aporte foi de 3,57%; em 1998 de 3,20%; em 1999 caiu para 1,98%; em 2000, caiu para 1,62%; em 2001, subiu para 2,11%; e, em 2002, teve o seu pior índice: 1,18%.

Com a população crescendo uma média de 50% a cada década, em 1950 a população que era de 95.953 habitantes, em 1991 passou 497.599 habitantes, com o número de pessoas não naturais do município alcançando 28 500. Dez anos depois, a população da capital aumentou em quase 100 000 pessoas (segundo o Censo de 2000 do IBGE) dificulta o acesso do Direito à Moradia e a redução qualitativa e quantitativa do déficit habitacional que em João Pessoa chega a 23 mil unidades. As condições de sobrevivência na cidade se agravam para a população de baixa renda.

Com a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, e a criação do Ministério das Cidades e do Sistema Nacional de Habitação (SNH), pelo Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social (FNHIS), como uma tentativa de retomar a Política Habitacional, foram criados programas destinados à habitação de 'interesse social' ou a famílias com baixa renda. Estes, regulados por órgãos federais, permitiram estados e municípios criarem seus próprios programas. E autoriza o Poder Executivo a desenvolver ações para implementar Programas de Subsídio à Habitação de Interesse Social, criado pelo Governo Federal, através da Medida Provisória nº 2.212, de 30 de agosto de 2001, e regulamentado pelo Decreto Federal nº 4.156, de 11 de março de 2002, e dá outras providências (BRASIL,2004).

E o governo do estado, através da CEHAP executa quatro programas habitacionais: Pro-Moradia, PSH (urbano e rural), Recursos Próprios e o Cheque Moradia. Programas que, em nível estadual funcionaram através do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP), a Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP), o Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Servidores do Estado (IPASE) e o Instituto de Previdência do Estado da Paraíba (IPEP).

Na primeira etapa estes programas construíram 2136 habitações e na segunda 2.814 unidades habitacionais disponibilizados programas habitacionais para o público de baixa renda, a maioria deles gerenciado pelo Sistema Nacional de Habitação (SNH) e pelo (Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social (FNHIS). Entre 1999 e 2002, o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), destinado as famílias de renda até seis salários mínimos, exigindo qualidade nos aspectos construtivos, beneficiou famílias em diversas localidades da cidade de João Pessoa. Embora priorizasse a região Sudeste e a produção de Conjuntos Verticais de pequeno porte, beneficiou bairros, como Bairro dos Estados, Tambauzinho e Miramar, mas não gerou grandes transformações da paisagem urbana.

A partir de 2000, com a dinâmica das ações do estado e do mercado imobiliário local combinando ações de aceleração do crescimento para incremento do preenchimento dos espaços urbanos vantajados e dependentes do aproveitamento da infraestrutur existente (ALLY e ATTWA, 2013), consolidando habitações multifamiliares verticalizadas com mais de dez pavimentos

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

para as classes médias e médias altas, principalmente nos bairros da orla leste. No município de João Pessoa, a Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social (*SETRAPS*), Lei municipal Nº 5927, amplia as ações na área da assistência social, inclusiva os programas de habitação, de 1997 a 2001.

Com o orçamento geral aumentando entre 1997 a 2001 e diminuindo entre os anos de 1990 e 2006, “coordena e elabora a implementação do programa habitacional de regularização fundiária do município”, para erradicar Aglomerados Subnormais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outros tipos de moradias precárias, com a construção de vários conjuntos habitacionais nas regiões periféricas da cidade. Entre 2004 e 2010, com recursos do governo federal, antigos programas foram substituídos pela Carta de Crédito, Habitar Brasil, Morar melhor, Crédito Solidário, Programa de Subsídio a Habitação de Interesse Social, dentre outros. Tendo como órgão responsável exclusivamente por coordenar e elaborar programas habitacionais e regularização fundiária, a Secretaria Municipal da Habitação Social (SEM HAB).

Com a criação do Programa, Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), em 2009, a prefeitura para garantir a função social da propriedade, a Regularização Fundiária e fazer a revisão urbanística para ampliar o acesso da população de baixa renda a terra urbanizada. Pois com a criação do Estatuto da Cidade (2001) a política habitacional brasileira, a partir de 2002, prioriza as favelas e a questão da irregularidade fundiária, com

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

programas para a remoção de favelas, financiados pelo Orçamento Geral da União (OGU).

A SEMHAP E articulada com outras políticas, de acordo com a portaria n.º464 do Ministério das Cidades, de 25 julho de 2018, para promover condições adequadas de moradia, englobando habitação, educação, saúde, assistência social, transporte, geração de trabalho e renda, segurança pública, entre outras. A SEMHAB tem a missão de realizar a melhoria das unidades habitacionais e reassentamentos de moradores em áreas de risco; obter recursos para desenvolvimento dos programas habitacionais através de convênios com instituições públicas e privadas, coordena programas de aquisição de áreas para desenvolvimento de projetos habitacionais (SEMHAB/PMJP, 2012).

A prefeitura Municipal de João Pessoa contou com o Governo Federal, através da SEMHAB,, como órgão responsável pela produção da habitação assumi competência para planejamento, execução, acompanhamento, desenvolvimento e fiscalização de todos os trabalhos relativo à Habitação. Tendo a caixa Econômica Federal como agente financiador, atuou nos Programa Carta de Crédito (FGTS); Crédito Solidário (OGU), através da SEMHAB, entre 2006 e 2011, construiu 7270 habitações populares (SEMHAB). E, assim, foi o órgão que mais construiu até 2006, continuando o modelo de construção de grandes Conjuntos Habitacionais Populares, na periferia.

A secretaria, através dos órgãos executores, implementou quatro outros programas habitacionais: Pró-Moradia, PSH (urbano e rural), Recursos Próprios e o Cheque

Moradia, construindo 2.136 habitações em conjuntos habitacionais. E entregaram, a partir de 2006, os seguintes conjuntos: Nice Oliveira, Vieira Diniz e Anayde Beiriz, Colinas de Gramame, Irmã Dulce, Jardim das Colinas, Jardim Veneza, Manacá. Conjuntos de pequenas proporções, distribuídos por diversos espaços periféricos das regiões sul/sudeste.

Para atender as famílias sem moradia digna, vivendo em casa de família ou ocupações de prédios públicos e acampamentos urbanos, produziu 1336 unidades em um único Conjunto, o Habitacional Gervásio Maia ou oficialmente Residencial Gervásio Maia (2006). Este recebeu destaque do Ministério das Cidades, como um dos melhores conjuntos de habitações populares. E pelas suas dimensões gerou transformações na dinâmica local.

De acordo com Santos (2018, p.8), segundo dados disponibilizados pela CAIXA “[...] a cidade de João Pessoa teve, desde o início do PMCMV, mais de 10 mil contratações para construções de habitações na Faixa I [...]”, sendo a localização destes, predominantemente, na zona sul-sudeste e também de loteamentos de edifícios, nas direções norte e nordeste.

Os programas públicos de financiamento de habitação lançados a partir de 2003, como do Minha Casa Minha Vida, também investiram nos empreendimentos imobiliários verticais em áreas periféricas do setor pericentral sul e oeste da cidade para os segmentos mais pobres. No geral edificações habitacionais multifamiliares de três a cinco pavimentos, mais distantes e menos providas de infraestrutura destinados a população mais pobre. E com carência de infraestrutura e serviços: saneamento básico,

calçamento e estrutura comercial, os principais exemplos são: Água Fria, Valentina, Geisel, Mangabeira, Funcionários e Alto do Mateus.

Mas, continua a questão da habitação, pois somente 6% dos municípios brasileiros possuem uma secretaria de Habitação exclusiva para tratar de ações nessa área e cerca de 20% dos municípios brasileiros têm Plano de Habitação e são poucas as prefeituras que possuem cadastro de pessoas interessadas em programas habitacionais. João Pessoa, embora tenha secretaria de Habitação, continua o déficit habitacional, particularmente em termos qualitativos, pois apenas 43% dos domicílios são cobertos saneamento básico, 2,3 mil estão sem banheiro ou sanitários, 4,8 mil domicílios despejam os dejetos no rio ou no mar.

A cidade apresentou um crescimento populacional de 10.280 habitantes no período de um ano, com adensamento da população nos seus 65 bairros oficializados, sendo o bairro de Mangabeira o maior deles. Os Programas Habitacionais demonstram um avanço nas proposições das políticas sociais e um marco no âmbito da gestão pública, mas reproduziu o processo de periferização e crescimento espraiado do BNH. Pois as construções de conjuntos habitacionais continuam em locais distantes, o que Santos (1993) denominou de cidades espraiadas, com a construção das unidades habitacionais populares mantendo e reforçando a segregação socioespacial, como bem alerta Sousa (2003).

Pois, na capital paraibana, a articulação entre o mercado imobiliário, capitais financeiros e proprietários fundiários - capitais ligados à produção do espaço construído -

tomaram o controle da cidade. Suassuna (2006) coloca em João Pessoa a existência em torno de 60 bairros, mais de 38 com favelas agregadas, as chamadas cidade "informal" que impactam no meio ambiente. Considerando que, as ocupações informais geralmente ocorrem nas áreas ambientalmente frágeis - beira de córregos, rios e reservatórios, encostas íngremes, várzeas e fundos de vale - consideradas Áreas de Preservação Permanente (APPs).

Situação que indica a necessidade de uma reforma fundiária urbana para combater o processo de urbanização excludente e fragmentada que se desenvolve nas cidades Brasileiras nos anos 70. Dados da Prefeitura de João Pessoa, de 2003, apresentaram 101 áreas com características de assentamentos espontâneos que abrigam uma população de 121,8 mil pessoas.

A cidade, de acordo com o levantamento do IBGE, em 2009, cresce verticalmente, Diniz (2013) coloca a grande maioria dos edifícios residenciais, com mínimo dez pavimentos, construídos entre 1977 e 1990, localizados em Tambaú, Cabo Branco e Manaíra (14). E a partir de 1979 uma aceleração na ocupação verticalizada, com construção de prédios altos de uso multifamiliares em bairros diversos da cidade, particularmente nos bairros dos segmentos mais abastados, como: Manaíra, Tambaú, Cabo Branco, Miramar e Jardim Luna.

Segundo o Sindicato da Indústria da Construção Civil de João Pessoa (Sinduscon), o Bessa foi o bairro pessoense com maior percentual de verticalização em 2012, quando recebeu

72 novos edifícios residenciais, o equivalente a 18,75% do total de novos prédios construídos na cidade (ANDRADE, 2017).

A partir de 1990 acelera a ocupação por prédios verticalizados no interior dos bairros da orla, como Manaíra e Tambaú frequentemente por demolição de casas existentes, e Jardim Oceania, Aeroclube e Bessa por ocupação de lotes vazios. E entre 2000-2015, grandes empresas construtoras e incorporadoras, multiplicaram os edifícios residenciais com mais de vinte pavimentos, com maior quantidade de ambientes voltados para lazer, esporte e serviços. E, incorporando o conceito de clubes residenciais nos bairros nobres, estes se destacaram na cidade em abrangência e em verticalização, particularmente os localizados nos bairros: Bessa, Bancários e Manaíra e, seguidamente, no Altiplano e nos bairros pericentrais: Miramar, Jardim Luna e, mais recentemente, Bairro dos Estados e João Agripino.

Desse modo, de 2005 a 2016 houve um excepcional fortalecimento do mercado imobiliário, com aumento de condomínios residenciais verticais, com prédios mais altos e com maior estrutura, em novos bairros, incluindo áreas periféricas da cidade. Em 2015, 791.438 habitantes e em 2017, 801.718 habitantes, aproximadamente uma população 80 mil habitantes, residiam em prédios e arranha-céus de altíssimo luxo, construídos em bairro com infraestrutura e condomínios de loteamentos fechados. O Altiplano, bairro do litoral leste situado acima da falésia do Cabo Branco, foi onde o processo de verticalização da cidade foi mais acentuado nos últimos

anos, com edifícios habitacionais de alto padrão, impulsionado pelos agentes especuladores imobiliários e pelo Poder Público.

Assim João pessoa, como metrópole proto-regional foi considerada a capital do Nordeste com maior número de arranha-céus e a quarta capital mais verticalizada do Brasil, tendo mais arranha-céus que outras metrópoles regionais, ficando entre as maiores da região e onde estão localizados os cinco maiores edifícios do Nordeste.

Outra modalidade de ocupação das periferias intraurbanas, particularmente pelos segmentos de maior renda, são os condomínios horizontais de alto padrão, com espaços coletivos destinados a múltiplas atividades de lazer e de esporte. Estes, geralmente são divulgados pelo estilo diferenciado, confortável e seguro e uma conquista de melhor “qualidade de vida” da cidade. Estes divulgados sob o signo da segurança ou da incorporação de espaços verdes, mais afastados da “desordem” do cotidiano urbano ou sob o signo da auto-segregação, logo, de convivência com os iguais. Segundo Villaça (2001) os condomínios horizontais de alto padrão são os novos padrões de moradia dos espaços intraurbanos, para os segmentos de maior renda, estes remodelados em seu entorno e alterados no seu conteúdo.

Estes condomínios de alto padrão marcam as diferentes demandas pela apropriação dos lugares mais “nobres” da cidade, onde o habitar reveste-se de um valor de uso e de um valor de troca, um investimento e constituem uma disputa social por localização e pelo controle do tempo de deslocamento das pessoas, por uma moradia de maiores

dimensões ou um habitar sob apelos mais subjetivos, como modismo e prestígio.

Pois, estes agrupamentos estão situados na área mais Oriental e Setentrional, onde contem avenidas, ruas e escolas (públicas e privadas) hospitais (públicos e privados), e consultórios médicos, empresas de serviços automotivos e diversos outros serviços. Alguns marcam as transformações das áreas periféricas com maiores valores de ambiência e uma estratégia lucrativa para as construtoras, ao aliar o baixo custo de construção dessas áreas de uso comum com valorização pelo maior poder de atração dos apartamentos à venda.

Loureiro e Amorim (2005) demonstram como a indústria imobiliária aproveita, manipula e reinventa o ideal de morar conforme seus interesses, criando e alimentando necessidades artificiais e expectativas excessivas nos consumidores. Para dirigir os consumidores para a aquisição de seus produtos anuncia novas formas de viver, pautada pela exclusividade de seus residenciais: segurança e comodidade.

Os grupos da elite com poder sobre o aparelho estatal, em maior ou menor grau, dominam as principais atividades econômicas e das empresas imobiliárias, influenciando as legislações, obtendo informações privilegiadas sobre o crescimento e desenvolvimento urbano e as melhores terras urbanizáveis (ANDRADE, 2017). E, ao dominarem as localizações privilegiadas reforçam as diferenças em relação aos outros grupos e fortalece o processo de auto-segregação.

João Pessoa, como a cidade que mais cresce no Nordeste brasileiro e se verticaliza, acentua a valorização dos

imóveis e se aproxima das grandes do Brasil, sobretudo nas últimas décadas, cresce produzindo uma larga expansão de áreas urbanas, sobretudo como cidades de médio porte onde os índices de crescimento populacional urbano e de áreas urbanizadas apresentaram-se superiores as grandes cidades do País (SANTOS, 2009 apud PEREIRA, 2004).

As discrepâncias Urbanas, segregação e moradias precárias na Cidade de João Pessoa

Dinâmica de expansão urbana com densidade demográfica, geralmente estimulada e direcionada pelas políticas públicas urbanas, como de habitação, em associação com o mercado imobiliário, mas com discrepância na concentração da população e dos domicílios. Pois dentre os bairros se destaca Mangabeira como o bairro mais populoso de João Pessoa, com quase 70mil habitantes (67,398), em contraste com Mussurê que registra 18 habitantes que vivem em 7 domicílios. Sendo o caso de Mangabeira relevante para a gestão da assistência social em João Pessoa, pois dentre outros da Zona Oeste concentra segmentos da população pobre, como outros: Cruz das Armas, Renascer, Jaguaribe, Oitizeiro, Rangel, Cristo Redentor, Bairros dos Novais, Alto do Mateus, Ilha do Bispo e Jardim Veneza.

Pesquisa realizada em 2009 analisando a qualidade vida da população na cidade, tendo como referência os fatores mundiais ligados à questão ambiental, à luz das necessidades sociais, por meio das políticas públicas, construiu um parâmetro real para o estabelecimento de melhorias para a cidade. E priorizando a qualidade de vida para obter um diagnóstico da atual gestão municipal frente à questão ambiental mundial, verificou em cada

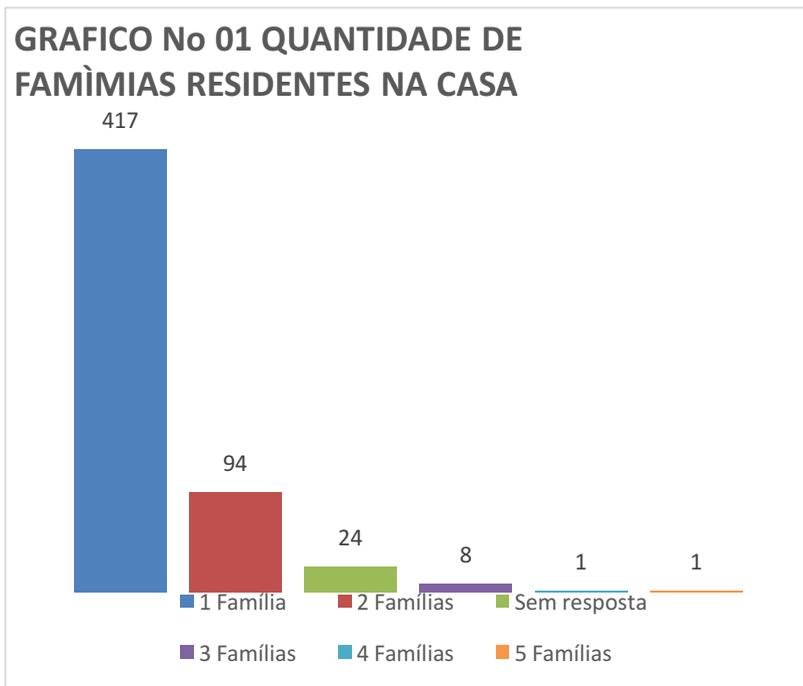
bairro de João Pessoa a variação da densidade populacional entre os domicílios. E mostrou como pior “qualidade de vida” o bairro da Penha seguido do Distrito Industrial e o melhor o Jardim São Paulo seguida de Água Fria, com uma contraposição entre os bairros mais densamente povoados que são os mais pobres e que continuam desprovidos de infraestrutura e de serviços urbanos (NUCCI, 2001).

E, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (MSS/2013), João Pessoa tem 502.606 famílias domiciliadas que recebe o benefício de transferência de renda, o que corresponde a aproximadamente 50% das famílias domiciliadas encontradas no Estado da Paraíba (1.082.796). Desse total somente 11.889, ou quase 12 mil famílias são beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

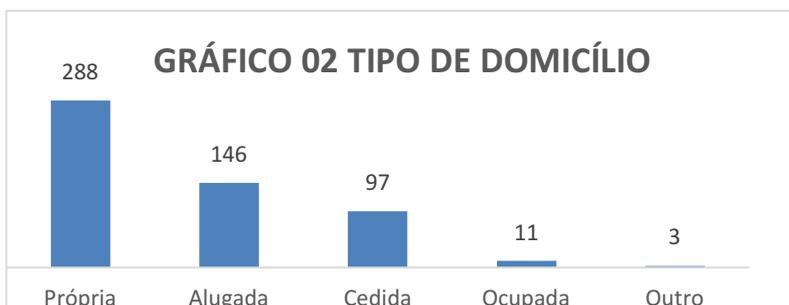
PESQUISA CAPACIDADE PROTETIVA DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO ESTADO DA PARAÍBA trabalhou as condições de proteção social a partir do território rural e urbano em que vivem famílias beneficiárias de transferência renda, em específico pelo Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (Idoso e Deficiência), no Estado da Paraíba. Esta abordou o Estado, 223 municípios, em áreas rurais e urbanas, em Mesorregiões geográficas distintas estabelecidas pelo IBGE, em constituição climática e ambiental do litoral ao sertão, apresentou resultados sobre a moradia na cidade de João Pessoa.

Os dados partiram de famílias inscritas em programas sociais complementando estes com pesquisa empírica por amostragem nas Mesorregiões geográficas, na região do litoral e aqui foi selecionada a cidade de João Pessoa nos dados sobre a condição das moradias.

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba



Fonte: Pesquisa "Proteção Social de Famílias" - NEPPS/UFPB.

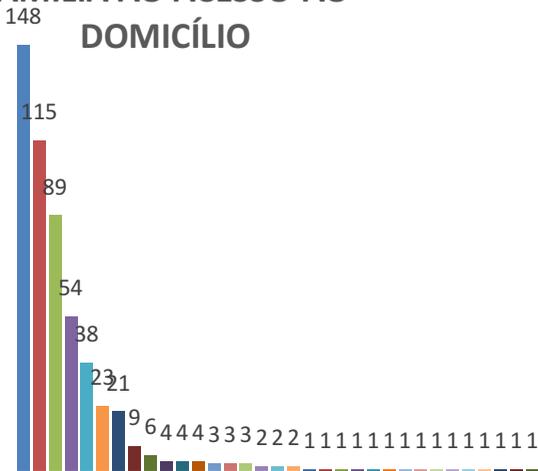


Fonte: Pesquisa "Proteção Social de Famílias" - NEPPS/UFPB.

Os dados da cidade de João Pessoa sobre moradia indicaram, no gráfico 1, que a grande maioria das residências abriga uma família (417), seguido de duas (94), três (8) e apresenta as que abrigam quatro (1) e até cinco (1) famílias na mesma residência. O gráfico 2 mostra que as moradias são próprias (288), alugadas (146), cedidas (97), ocupadas(11) e outros (3).

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

GRÁFICO 03 ESTÍMULO DA FAMÍLIA AO ACESSO AO DOMICÍLIO



Fonte: Pesquisa "Proteção Social de Famílias" - NEPPS/UFPB.

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

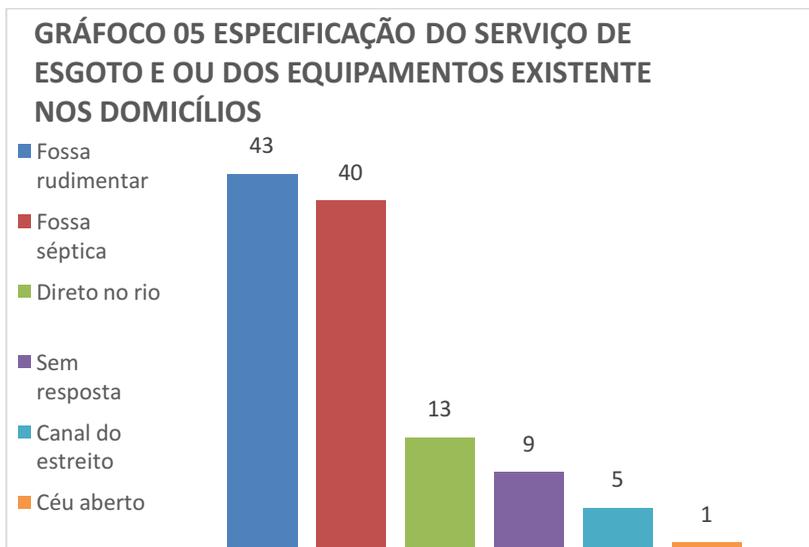
O Gráfico 3 mostra que o acesso ao domicílios foram estimulado principalmente por arranjos de amigos e de parentes (coabitação), por facilidades na aquisição, pelo valor do aluguel, devido a emergência, programa habitacional, por morar a muito tempo. Em menor número foi colocado por comprar terreno e construir, por vínculo de trabalho, por ficar perto da família através de invasão\ocupação, de compra da casa/autoconstrução além de outros. O destaque na possibilidade de acesso a casa foram os baixos valores devido o tamanho, o tipo e localização das moradias.



Fonte: Pesquisa "Proteção Social de Famílias" - NEPPS/UFPB.

Os dados do Gráfico N° 04 sobre o destino do lixo das residências demonstram que, na grande maioria das residências o lixo é coletado (531), uma pequena parte destina o lixo "a céu aberto" (7) e levado pra outra rua (5), e queimado (1) e sem resposta (1).

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba



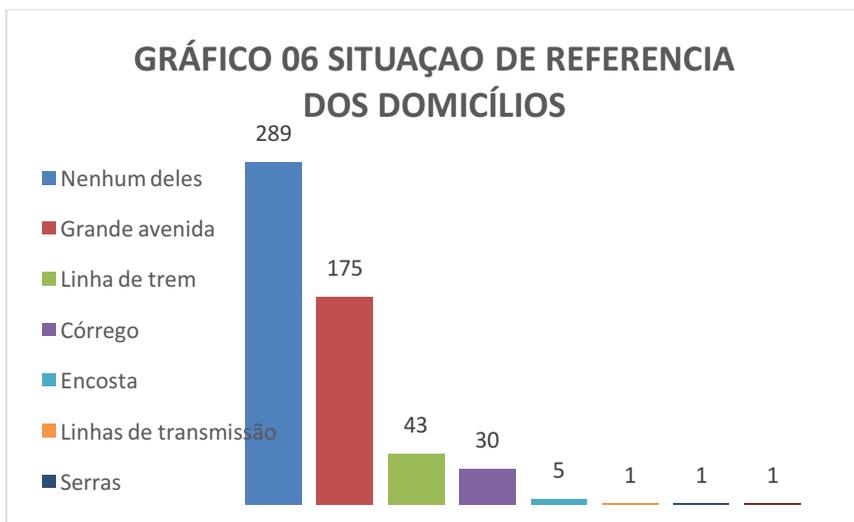
Fonte: Pesquisa "Proteção Social de Famílias" - NEPPS/UFPB.

O gráfico N° 05 referente aos Serviços de esgotos e equipamentos existentes nos domicílios indicam que a grande maioria dos domicílios contém fossas rudimentares ou fossas sépticas, a minorias destina ao rio ou canal do estreito e pouquíssimos "a céu aberto" ou não responderam.

Os dados sobre as residências de famílias de programas sociais indicam abrigo de famílias na mesma residência: uma (417), duas (94), três (8) e poucas de quatro (1) a cinco (1) famílias na mesma moradia. E que as moradias são próprias (288) e alugadas (146) ou cedidas (97), ou ocupadas (11). No geral moram poucas pessoas por residências, mas com a obtenção dos domicílios facilitada por familiares (coabitação) e e amigos, pelo valor do aluguel,

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

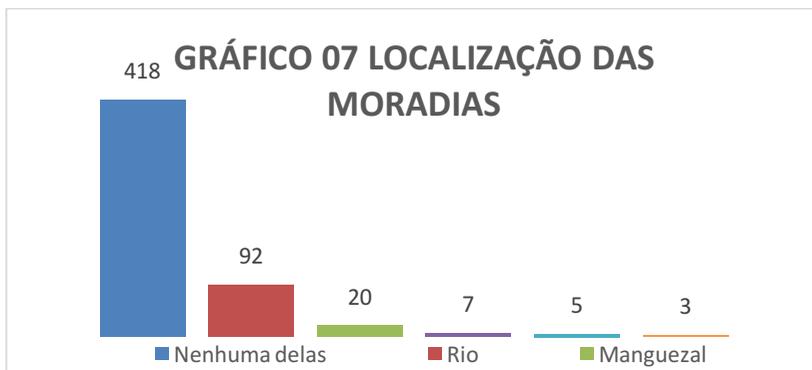
devido a emergência, por programa habitacional e por tempo de moradia, por compra terreno, construção, através de trabalho. E embora sejam denominadas de "próprias", alugadas, cedidas, ocupadas, arranjadas de parênteses invasão\ocupação, compra/autoconstrução indicam as condições precárias das moradias, geralmente ilegais ou autoconstruídas e de baixo custo e pequenas.



Fonte: Pesquisa "Proteção Social de Famílias" - NEPPS/UFPB.

O **Gráfico** N° 06 referente á situação/localização dos domicílios indica que, a grande maioria das pessoas não souberam indicaram (289) ou indicaram por grande Avenida (175), minoria pela linha do trem (43) ou córrego (30), seguido de encosta (5), linha de transmissão (1) e serras (1).

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba



Fonte: Pesquisa "Proteção Social de Famílias" / NEPPS/UFPB.

O gráfico 07 sobre a localização das moradias revela que a grande maioria não identificou nenhuma localização (418), poucas (92) localizaram no rio e número pequeno colocou em manguezal (20), proteção ambiental (5), costeira (3) e sete não responderam. Ao mostrar que a grande maioria das residências tem lixo coletado (531) e um número menor destina o lixo a céu aberto (7), a outra rua (5) ou queima (1), e que a grande número de famílias contem fossas, mesmo rudimentares ou sépticas e poucos destinam os dejetos ao rio ou canal e pouquíssimos a céu aberto. Mostra uma condição sanitária razoável possibilitada pelo serviço público e mais pelo esforço dos moradores. E a grande maioria indicando que não sabem a localização (289) ou indicaram pelas grandes Avenidas (175), linha do trem (43), córrego (30), encosta (5), linha de transmissão (1) serras, demonstra a situação de risco e/ou ilegalidade dos domicílios e um *deficit* pela qualidade e pela ilegalidade da moradia.

A pesquisa indica que esses beneficiários de programas sociais, como: Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC) vivem em condições precárias, particularmente de moradia e que usam as mais diversas estratégias de acessar as moradias (família, trabalho, políticos, e poucos os programas habitacionais), indicando resquícios do clientelismo e do favoritismo e que os pobres continuam desprovidos dos direitos que devem ser operacionalizados pelas através das políticas públicas.

Desse modo, a pesquisa indica que as famílias pobres, diante da desproteção social buscam lugares inapropriados/improvisados, de riscos e precários de infraestrutura e de serviços (coleta do lixo e esgotos) para morarem, invasão\ocupação para a autoconstrução das moradias. E que as famílias buscam as formas e os locais possíveis para construir suas moradias, pois nem souberam denominar os locais, se referiram a grandes avenidas, as linhas de trens ou transmissão de energia, encostas, serras. E diante da ausência do estado, constroem as fossas (naturais e sépticas) e destinam os dejetos nos rios, canais, ruas, "céu aberto".

O que indica moradias inadequadas, em relação à infra-estrutura e à carência de serviços urbanos como energia elétrica, abastecimento de água, coleta de lixo ou esgotamento sanitário. Enquanto ao aspecto jurídico, o Plano Diretor da cidade de João Pessoa visa, entre outros objetivos, "[...] assegura o desenvolvimento integrado das funções sociais da cidade, garantindo uso socialmente justo da propriedade e do solo urbano e preservar, em todo o seu

território, os bens culturais, o meio ambiente e promover bem estar da população”.

A cidade de João Pessoa reflete o rápido processo de urbanização que ocorreu no país a partir da década de 40 e se intensificou pós anos 1960, a partir da atuação do Estado na implementação de equipamentos urbanos e, principalmente, unidades habitacionais, na modalidade de conjuntos habitacionais. Até 1970 a cidade centraliza sua dinâmica no centro, mas acelera o processo de urbanização e de modernização com participação do estado, incorporando novos espaços com outras vias, com destino a orla marítima.

Entre 70 e 80, removendo favelas e construindo habitações populares para a população de baixa renda, na forma de residências isoladas ou Conjuntos Habitacionais, transfere segmentos populacionais para áreas periféricas e distantes, das áreas do sul e do sudeste, porém infraestrutura e serviços precários, acentuando as dificuldades de vida e de trabalho dos habitantes e a exclusão dos moradores desses espaços. Mas se observa um déficit de moradia que resiste na paisagem urbana da cidade – explícita ou mesmo velada – conservando áreas históricas e ribeirinhas, aglomerados legais ou ilegais, próximas da oferta de trabalho e onde tendem firmar a cultura tradicional com manifestações do sagrado e do profano e de convivência dos moradores.

Conforme Relatoria Nacional do Direito à Moradia (realizado em maio de 2004), 130 mil pessoas moram em 178 favelas na Paraíba, abrigando pouco mais de 720 mil

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

habitantes, 91 mil pessoas que se distribuem entre 25 mil domicílios em situações precárias, 26 comunidades vivem às margens de córregos e rios e 12 em manguezais, ferrovias e rodovia.

Embora, as ações de enfrentamentos do déficit habitacional no município, com a criação de conjuntos habitacionais e outras formas de moradia, em 2010, beneficiasse diretamente 250 famílias em situação de vulnerabilidade social que habitavam irregularmente áreas de preservação ambiental, estas tiveram pouco impacto no déficit e nas condições de vida dos segmentos pobres da população. Pois, não atenderam a demanda e continuaram as áreas periféricas, precariamente assistidas pelo serviço público, esquecidas do planejamento e da assistência pública.

Assim, o processo de crescimento da maioria das cidades brasileiras de Porte Médio que, associadas ao mercado imobiliário, aos empresários da construção civil e as políticas federais e programas estaduais e municipais relacionadas à habitação imprimiram o modelo de expansão das cidades. Um padrão de crescimento espraiado e periférico em algumas regiões (sul e sudeste), particularmente através da construção de conjuntos habitacionais com precária infraestrutura e equipamentos públicos, em contraposição as áreas mais centrais, com habitações verticalizada ou horizontais em direção à orla” depuseram de significativos investimentos públicos que estimularam a ocupação de novos eixos de crescimento.

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

Desse modo, João Pessoa, como o maior aglomerado urbano da Paraíba, concentra os segmentos de renda mais alta nos núcleos residenciais com maior concentração de infraestrutura e serviços e com maior potencial econômico, como as regiões da praia (leste e norte). Enquanto os segmentos de renda mais baixa da população foram impulsionadas para as áreas periféricas e distantes, dos Conjuntos Habitacionais ou dos aglomerados ilegais, nas áreas do sul e Sudeste, com carência de infraestrutura e serviços, mantendo um modelo de gestão que intensifica as disparidades socioeconômicas.

Assim, a produção do espaço urbano da cidade reflete relações sociais com atuação predominante do capital, representado preponderantemente pelas construtoras, incorporadoras e promotores imobiliários que, em associação com o Estado, utilizam a posição estratégica de detentor do controle dos instrumentos de ordenamento urbano, para favorecer os interesses das classes dominantes, principalmente por meio de mudanças de legislação para acelerar urbanização do município, com concentração populacional e domínio do uso da terra.

Desse modo, as dimensões sociais expressas na expansão do urbano sobre rural e na fragmentação da vegetação remanescente, atuam enfaticamente na modificação da paisagem (INOSTROZA; BAUR; CSAPLOVIC, 2013), estimulando a ocupação de áreas inadequadas para habitação e, conseqüentemente, com maior carência de serviços, como abastecimento de água e saneamento básico. Desse modo, os efeitos relacionados aos padrões de uso da

terra, tipificados no espraiamento vem ameaçando à quantidade e a qualidade da água e, assim, a saúde mental e social que termina por levar a independência e separação em relação à cidade que intensifica a recorrente sensação de insegurança das pessoas diante da propalada violência urbana.

Pois, a cidade apresenta um déficit habitacional de 21 mil moradias, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010), com muitas destas moradias localizadas em áreas de risco (encostas e alagados), maiores responsáveis pelo agravamento do déficit e pela degradação das condições de vida das famílias pobres. E, mesmo com a implementação de políticas e programas em parceria com o Governo Federal não garantiu agrupamentos e imóveis de qualidade, dotados de infraestrutura e equipamentos comunitários que conferissem habitabilidade aos moradores. Suassuna Lima (2006) coloca como um “[...] um problema, mas que possui duas soluções diferentes, a intervenção na própria área de risco ou a readequação do local ou a construção de conjuntos habitacionais com relocação das famílias” que habitam em moradias precárias e espaços de risco e de segregação.

Assim sendo, o espraiamento segregador da cidade evidencia o déficit habitacional, em quantidade e em qualidade que decorre em custos econômicos, ambientais e sociais. Frumkin (2001) relacionou os problemas da moradia a saúde pública, especialmente quando promovem aumento dos distanciamentos e a dependência de veículos automotivos para os deslocamentos que

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

umentam os níveis de poluição do ar, de acidentes automobilísticos, de lesões e de mortes de pedestres, além da segregação socioespacial e das ocupações ilegais.

O problema da moradia afeta principalmente as famílias com até três salários mínimos, perfil do Programa Minha Casa, Minha Vida, segundo a estimativa da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010), muitos problemas da cidade, resultam de inúmeras questões econômicas, sociais, culturais e políticas, processos subjacentes ao déficit de habitação popular que intensificam as segregações espaciais, particularmente relacionando a pobreza, a doença e a violência.

Assim, percebe-se que a urbanização na cidade vem criando ou reforçando problemas sociais, como o desemprego, a falta de habitação, a criminalidade, o desmatamento, as doenças, etc. mesmo num momento em que o acesso à habitação situa-se no campo dos direitos sociais e dos atendimentos das necessidades humanas básicas. Respaldados estes em Legislações afiançadas em âmbito internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e reconhecido em emenda constitucional nº 26/2000, enquanto direito social formal no Brasil. Direito que necessita eficácia jurídica e social e ação positiva do Estado, por meio da execução de políticas públicas efetivas. Considerando que a negação do direito de morar e os dilemas pertinentes à segregação existentes nas cidades brasileiras colocaram a questão da habitação como um dos principais

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

problemas sociais urbanos do Brasil e em particular em João Pessoa.

REFERÊNCIAS

ALY, S. S.; ATTWA, Y. A. **Infill development as an approach for promoting compactness of urban form.** WIT Transactions on Ecology and the Environment, n. 173, p. 455-466, 2013.

ANDRADE, Patrícia Alonso de, Verticalização em João Pessoa, Produção do espaço e transformações urbanas. **Arquitextos**. ano 17, maio 2017, acesso em 18 de maio de 2020, disponível em <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.204/6555>

ARRUDA MELO, José Otávio de. (org.) **A Paraíba das origens à urbanização.** João Pessoa, Editora Universitária, 1993.

AZEVEDO, S; ANDRADE, L. A. G. **Habitação e Poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação.** Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: < www.bvce.org > Acesso em: 01 nov. 2011.

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BONATES, Mariana Fialho. 2009. **Ideologia da casa própria...sem casa própria**: o programa de arrendamento residencial na cidade de João Pessoa – PB. João Pessoa, Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2009.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 01 nov. 2011.

BRITO, Gilvan de. **Opus Diaboli**: a Lagoa e outras tragédias. FUNJOPE, 2011, p.185

CASAL, Aires. **Coreografia Brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

CAVALCANTI, Archimedes. **A cidade da Parahyba na época da independência**. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1972.

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

COUTINHO, Marco Antônio Farias. **Evolução urbana e qualidade de vida: o caso da av. Epitácio Pessoa**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Centro de Ciências Exatas e da Natureza/ Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/ Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. O ESPAÇO URBANO. **Cidades**. (1989). Disponível em <http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/08/Oespaco-urbano.pdf> . Acesso em 25 de setembro de 2014.

DENALDE, Rosana. **Estado, Política Habitacional e Favelas no Brasil**. Leopoldianum, Revista de de Estudos e Comunicações da Universidade Católica de Santos. n 30, Ano 1981/1982 , Editora Universitária, 2005.

DINIZ, Yane Almeida. **A forma do edifício alto: Análise de edifícios residenciais em João Pessoa-PB**. 1979-1990. Dissertação de Mestrado. João Pessoa, PPGEU UFPB, 2013, p.18-19.

FERREIRA, J. S. W.(coord.) **Produzir casas ou construir cidades?** desafios para um novo Brasil Urbano. Parâmetros de

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012. 200 p.: il.

FORMIGA, Emilson de Lucena. **Astréa: tradição paraibana**. Paraíba: ontem e hoje, João Pessoa, n. 1, p. 34-36, 2007.

FRUMKIN, Howard. Urban sprawl and public health. Atlanta: Department of Environmental and Occupational Health; Rollins School of Public Health of Emory University, 2001. Disponível em: . Acesso em: 6 ago. 2015.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (Fjp)/ Ministério Das Cidades. **Déficit Habitacional no Brasil: Municípios Selecionados e Microrregiões Geográficas**. Centro de Estatística e Informações (CEI), 2004 – 2005.

GONÇALVES, R. C.; LAVIERI, M. B. F.; LAVIERI, J.; RABAY, G. **A questão urbana na Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1999. cap.2, p. 39-65.

HERCKMAN, Elias. **Descrição geral da Capitania da Parahyba**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1975. (mimeo).

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico – Paraíba, 1970, 1980, 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1971, 1981, 1992.

_____. IBGE. **Censo Demográfico, 2000**. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm. Acesso em 25 de abril de 2011.

_____. IBGE. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_sinopse.shtm. Acesso em 25 de abril de 2011.

_____. IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970, 1980, 1991 e 2000.

LAVIERI, João R.; LAVIERI, Maria B. F. Evolução urbana de João Pessoa pós-60. In: GONÇALVES, Regina C. et al. **A questão urbana na Paraíba**. João Pessoa: Ed. Ufpb, 1999, p.39-65.

LEITÃO, D. **As ruas de Tambaú**. João Pessoa: Departamento de Produção Gráfica da Secretaria da Educação e Cultura, 1998.

LOUREIRO, Claudia; AMORIM, Luiz. **Dize-me teu nome, tua altura e onde moras e te direi quem és**:. Estratégias de

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

marketing e a criação da casa ideal – parte 1. *Arquitextos*, São Paulo, ano 05, n. 057.09, Vitruvius, fev. 2005. Disponível em www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.057/505. Acesso em 25 jul. 2014, acesso em 2017.

MAIA, Doralice Sátyro. **Tempos lentos na cidade: permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa, PB.** São Paulo, 2000. Tese. Universidade de São Paulo.

MARTINS, José de Souza. **Subúrbio Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha.** São Paulo/São Caetano do Sul: Hucitec, 1992.

MARX, Murilo. **Cidade no Brasil: terra de quem?** São Paulo: Nobel/Edusp, 1991.

MOREIRA, Raphaela Cristhina Claudino. **A Questão do Gabarito na Orla marítima de João Pessoa** (bairros de Manaíra, Tambaú e do Cabo Branco). *Arquitextos*, 080.0, ano 07, jan. 2007

NUCCI, J. C. **Qualidade ambiental e adensamento urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP).** São Paulo: Humanitas, 2001.

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

ORRICO, Kesia da Costa. **O solo urbano do Bairro Bancários a questão da especialização da ocupação.** Monografia de Graduação (Geografia/CCEN/ UFPB). João Pessoa-PB, 2004

PEREIRA, F. T. de B. **Difusão da Arquitetura Moderna na Cidade de João Pessoa (1956-1974).** Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **Plano Diretor da Cidade de João Pessoa.** João Pessoa: Grafset, 1994.

RODRIGUEZ, Janete Lins. **Acumulação de capital e produção do espaço.** João Pessoa: UFPB, 1980. 124 p.

_____. **A evolução urbana da grande João Pessoa.** João Pessoa: A União, 1980. 63 p.

_____. **Crescimento de uma capital.** João Pessoa: Fundação José Américo, 1981. 64 p.

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

_____. **Evolução e problemas sociais na cidade de João Pessoa**. João Pessoa: A União, 1983. 83 p.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, M. A região cresce mais que a metrópole. In: SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec/Editora PUC-SP, 1994. p. 53-77

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. Hucitec, São Paulo, 1993. Disponível em:< <https://www.webartigos.com/artigos/reformas-urbanas-cidade-de-joao-pessoa-1850-a-1920/36777/#ixzz5ImMk6cgN>>. Acesso em 25 de setembro de 2014.

SILVA, A.C. **O Espaço Fora do Lugar**. São Paulo: Hucitec, 1988.

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

SUASSUNA LIMA, Marco Antonio. **Segregação sócio-espacial e desenho urbano em assentamentos espontâneos: o caso do bairro São José em João Pessoa PB. *Arquitextos*, São Paulo, 06.072, Vitruvius, mai 2006. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/356>. Acesso em 02 de janeiro de 2018.**

TEIXEIRA, Manuel C. Os modelos urbanos portugueses da cidade brasileira. In:

TEIXEIRA, Manuel C. **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Livros Horizontes, 2004; p. 23 – 46.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

VIDAL FILHO, F. Nossa capital em 1850. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba**, v. 13, 1958.

MINHA CASA... E A VIDA? OS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB¹

Rayssa Bernardino de Lacerda

Maria de Lourdes Soares

Introdução

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) é o programa carro-chefe da política de habitação, e ao longo dos anos passou a ser visto como única solução para o problema habitacional do país, recebendo volumosos recursos do Governo Federal para a construção de moradias. Tendo em vista isso, é de extrema importância que o maior programa habitacional do país garanta o direito à cidade e à moradia digna.

O direito à moradia digna é um direito humano básico, que vai além do fornecimento de uma unidade habitacional, ele diz respeito a um conjunto de condições que devem ser asseguradas para que haja um morar adequado, um desses

¹Texto publicado em e-books, revisado e atualizado para a presente obra em 2020.

requisitos é a disponibilidade de serviços e equipamentos públicos.

Segundo a Portaria nº 518 de 8 de novembro de 2013 do Ministério das Cidades, que dispõe sobre as diretrizes para aquisição de unidades habitacionais, “consideram-se equipamentos públicos aqueles voltados à educação, saúde e demais complementares à habitação, tais como assistência social, segurança e outros a critério da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades” (BRASIL, 2013).

Os equipamentos e serviços públicos são bens de utilidade pública indispensáveis ao bom funcionamento da cidade, pois a existência destes é considerado um fator importante de bem-estar social e de apoio ao desenvolvimento econômico.

Contudo, o que se percebe com relação ao PMCMV é que com a predominante inserção periférica dos conjuntos habitacionais, distantes da malha urbana consolidada, o acesso aos serviços e equipamentos públicos tornou-se mais difícil para as famílias contempladas pelo programa. Dessa forma, um programa habitacional que deveria estar comprometido com a efetivação do direito à moradia digna, termina muitas vezes por reproduzir um morar precário.

A presente pesquisa trata-se da continuação, aprofundamento da pesquisa iniciada na graduação em Serviço Social sobre a Política de Habitação de Interesse Social através do Programa “Minha Casa Minha Vida”, segundo a problemática da disponibilidade de serviços e equipamentos públicos nos conjuntos habitacionais construídos.

Durante a graduação, tive a rica experiência de estagiar na Secretaria Municipal de Habitação (SEM HAB) de João Pessoa-PB, onde foi possível observar como a implementação da política de habitação através do PMCMV na cidade. Nesse período, chamou a minha atenção as grandes dificuldades de vida enfrentadas pelas famílias contempladas pelo programa, devido à precariedade de acesso a equipamentos e serviços públicos nos entornos dos conjuntos habitacionais.

Por isso, ainda na graduação, realizei uma pesquisa inicial de caráter bibliográfico sobre o PMCMV, para analisar como se dava a implementação do direito à moradia digna pelo programa, principalmente com relação a disponibilidade de serviços e equipamentos públicos.

A trajetória desta investigação me levou ao desejo de pesquisar de forma empírica a implementação do programa na cidade de João Pessoa-PB, com o objetivo de analisar a efetivação do direito à cidade e à moradia digna através do PMCMV na cidade para as famílias de baixa renda, segundo a disponibilidade de serviços e equipamentos sociais.

A natureza da pesquisa é quanti-qualitativa, por haver nela a interpretação de fenômenos e a atribuição de significados (Minayo, 2001), sendo, contudo, complementada pela dimensão quantitativa.

Tendo em vista a problemática exposta da disponibilidade de serviços e equipamento públicos nos conjuntos habitacionais construídos pelo PMCMV, tentou-se resolver essa questão empregando diferentes técnicas de

pesquisa, como a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica forneceu o embasamento necessário para a compreensão do processo de produção da habitação de interesse social, do ponto de vista teórico e histórico, tanto no nível nacional como municipal, possibilitando assim um maior conhecimento do objeto estudado. A pesquisa documental contribuiu para a caracterização quantitativa e qualitativa dos conjuntos produzidos pelo programa, através das fontes documentais coletadas na SEMHAB.

A pesquisa de campo possibilitou averiguar como o programa vem se desenvolvendo na prática. Ela foi fundamentada com a realização de aplicação de formulários com alguns beneficiários contemplados pelo programa na cidade. A pesquisa foi realizada no município de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, situada na faixa litorânea e, atualmente, com 811.598 habitantes (IBGE). Nos conjuntos habitacionais construídos pelo programa a partir de 2006, ano em que a SEMHAB foi criada.

O universo da pesquisa consiste nos oito conjuntos habitacionais entregues a partir de 2006— ano em que a SEMHAB foi criada—, até o final do ano de 2017 pelo programa na cidade. São eles os residenciais: Anayde Beiriz, Colinas de Gramame, Irmã Dulce, Jardim das Colinas, Jardim Veneza, Manacá, Nice Oliveira, Vieira Diniz A e Vieira Diniz B.

O tipo de amostra adotado foi intencional, e consistiu nos moradores que são os beneficiários originais

contemplados pelo programa que moram nos conjuntos habitacionais mais bem equipados com os serviços e equipamentos públicos de saúde, educação e transporte público, são eles os Residenciais Anayde Beiriz, Manacá, Jardim Veneza, Vieira Diniz A e B.

A escolha pelos conjuntos habitacionais mais bem equipados deu-se, em primeiro lugar, pela necessidade de delimitação do universo da pesquisa, visto ser impossível considerá-lo em sua totalidade, e em segundo lugar, pelo fato de a partir deles ser possível conhecer uma realidade que pode ser aferida para os conjuntos habitacionais menos equipados.

Nesse sentido, pretendeu-se pesquisar junto aos beneficiários originais desses conjuntos habitacionais, como se tem dado a efetivação do direito à cidade e à moradia digna, no que diz respeito à disponibilidade de serviços e equipamentos públicos de educação, saúde e transporte.

Na atualidade, essa temática é bastante relevante em ser estudada, pois dela emerge a importante discussão sobre o direito à cidade e à moradia digna, essencial para um padrão de vida humano adequado. Além de tratar da implementação da política de habitação, responsável pela efetivação desse direito, através do PMCMV, programa carro chefe do Governo Federal na área habitacional.

Dessa forma, diante do desafio de aumentar o acesso das famílias a moradia digna, torna-se de fundamental importância o acompanhamento dos resultados do maior programa habitacional do país.

O Programa Minha Casa Minha Vida.

Em 2007, inicia a crise no mercado imobiliário dos Estados Unidos, conhecida como a “crise das hipotecas *subprime*”, que rapidamente se alastrou e arrastou o resto do mundo por uma rede financeira e comercial, gerando um grande colapso financeiro.

Em um contexto de crise e recessão econômica no governo de Luiz Inácio Lula da Silva e posteriormente, no governo de Dilma Rousseff, a construção civil segundo Maricato (2015, p.36) “[...] foi um dos setores prioritários da política de crescimento econômico”, garantindo que o país não fosse tão afetado pela crise. É nesse período, portanto, que através de investimentos consideráveis em obras de infraestrutura e habitação, que se observa no país uma maior ação por parte do governo para a construção de uma política habitacional mais relevante.

Demonstrando assim, o importante papel desempenhado pela construção civil no desenvolvimento econômico e social. Por ser um ramo muito lucrativo para o capital, este tem sido frequentemente ativado mediante estímulos e subsídios através do fundo público para dinamizar a economia, visto que, constitui um dos responsáveis pela ampliação dos postos de trabalho e pela redução do índice de desemprego, além de atender as demandas postas pelo crescimento demográfico e pelo grande déficit habitacional acumulado ao longo do tempo, devido à ausência de políticas públicas.

Nesse contexto, em 7 de julho de 2009 é promulgada a Lei 11.997 que cria o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que no seu art. 1º afirma ter como finalidade a produção de moradias para as famílias de baixa renda,

Art.1º O Programa Minha Casa, Minha Vida-PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 [...] (BRASIL, 2009).

Surge assim, o PMCMV, desenhado pela Casa Civil em parceria com os maiores empresários do setor, como uma iniciativa do Governo Federal que ofereceu condições para o financiamento de moradias nas áreas urbanas, com o objetivo de amenizar os efeitos da crise e diminuir o déficit habitacional brasileiro que em 2009 era estimado em cerca de 5.998 milhões de moradias (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2012).

O programa priorizou famílias com renda de até três salários mínimos, embora também atendesse famílias com renda de até dez salários mínimos, o que representou um avanço para a política de habitação social, visto que, os programas anteriores de habitação, como o BNH², deixaram de fora os segmentos de menor renda. E dessa forma, apesar

²Banco Nacional de Habitação, órgão criado em 1964, durante o Regime Militar, que estruturou pela primeira vez no país uma verdadeira política habitacional.

de ter sido criado como uma medida anticíclica para enfrentamento da crise econômica, o PMCMV se constituiu como uma grande política social para atender as famílias de baixa renda, que o mercado por si só não alcançava.

O programa passou a concentrar boa parte dos recursos voltados para a área habitacional, e com o quantitativo de casas construídas e a avaliação positiva do programa por parte do governo e da opinião pública, o PMCMV se enraizou na política urbana em nível nacional, tornando-se o programa carro chefe da política habitacional no Governo Dilma (2011-2016).

Na segunda fase do programa que se iniciou em 2011, uma das maiores preocupações foi garantir uma moradia digna, com infraestrutura e equipamentos sociais, como afirma Magalhães (2011, p.12) “[...] uma grande preocupação em relação ao Minha Casa Minha Vida 2, foi além de garantir um teto, assegurou o acesso aos serviços de saúde, educação e outros necessários para a população”.

Assim sendo, segundo Magalhães, as principais alterações do PMCMV2 em relação ao 1 estão, em primeiro lugar, no tocante as questões de desenvolvimento sustentável, na percepção da necessidade de uma maior prestação de serviços públicos. Deste modo, passou a ser necessário uma maior articulação do Ministério das Cidades com os outros ministérios para uma atuação mais integrada, para a garantia dos equipamentos sociais básicos para os novos contemplados (MAGALHÃES,2011).

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

Apesar dos resultados quantitativos alcançados e dos avanços qualitativos na concepção de desenvolvimento urbano integrado com a criação do Ministério das Cidades e de instrumentos como a Política Nacional de Habitação (PNH), o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), com o passar do tempo foi possível perceber uma série de limitações do Programa Minha Casa Minha Vida que repetiu erros semelhantes aos cometidos pelo BNH. Vários estudos realizados sobre o PMCMV têm demonstrado a produção e reprodução dos cenários urbanos e dos efeitos socioespaciais deixados pelo BNH, marcados pela segregação socioterritorial e precariedade urbana.

O programa apresenta problemáticas estruturais que tem causado impactos profundos nas cidades e na vida das famílias beneficiárias. Seguindo as normas e condições mínimas estabelecidas, as construtoras escolhem os terrenos mais baratos e ampliam a escala e padronização dos projetos em busca de maior rentabilidade.

Sem levar em consideração a legislação urbanística na definição das áreas para construção, o programa vem reforçando a histórica lógica da segregação espacial das famílias de baixa renda, com a construção de conjuntos habitacionais da faixa 1 em regiões periféricas, onde o preço da terra é mais barato devido ausência de urbanidade.

A homogeneidade no uso residencial desses espaços traz efeitos nefastos para os seus beneficiários, visto que famílias de menor renda são levadas a morar em regiões distantes dos empregos, comércios, serviços e equipamentos

públicos, recaindo sobre os mesmos o ônus com o deslocamento diário, com o custo do transporte, o tempo gasto e o desgaste físico no trajeto.

As localizações periféricas impactam no acesso aos serviços e equipamentos públicos, que são bens de utilidade pública indispensáveis ao bom funcionamento da cidade, pois a existência destes é considerada como um fator importante de bem-estar social e de apoio ao desenvolvimento econômico.

Por essa razão, o acesso da população a eles está previsto nas diretrizes da Política Nacional de Habitação que entende a “[...] moradia digna como direito e vetor de inclusão social garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais” (BRASIL, 2004, p. 30).

Contudo, uma das maiores críticas feitas ao Programa Minha Casa Minha Vida é a produção de uma cidade incompleta, resultado da inserção urbana dos conjuntos nas periferias, em terrenos distantes da cidade completamente desprovidos dos serviços e equipamentos públicos necessários para a garantia do direito à cidade e a uma moradia digna.

Á vista disso, a produção de moradias populares para além dos limites da cidade vem trazendo sérios prejuízos para os moradores, pois para além do aumento dos custos com mobilidade, encarecem a extensão das infraestruturas urbanas mais deficitárias nos lugares mais distantes. Soma-se ainda a essas questões o congestionamento das vias, as

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

deficiências dos transportes coletivos, a poluição do ar e as mudanças climáticas, advindas do aumento do uso dos transportes que utilizam combustíveis fósseis.

Dessa forma, a dissociação entre as políticas urbanas e habitacionais e a primazia da construção civil foram determinantes nas precárias inserções urbanas dos conjuntos habitacionais construídos para as famílias de baixa renda. Sendo esta problemática uma das maiores marcas do programa e uma das principais críticas feitas ao mesmo.

O Direito à Cidade e a Moradia Digna

O direito à cidade foi um termo desenvolvido pelo sociólogo francês Henri Lefebvre em seu livro de 1968, *Le droit à la ville*, que trabalha o direito à cidade como o direito de não exclusão da classe trabalhadora as qualidades e benefícios da vida urbana.

Contribuindo para essa questão Harvey (2013, p.47) afirma que o direito à cidade “[...] pode apenas ser formulado como um renovado e transformado direito à vida urbana”. Assim, o direito à cidade pode ser entendido como o direito de questionar a condição de vida nas cidades e a transformá-la conforme os desejos do coletivo.

Na atualidade esse conceito vem sendo revisitado e atualizado por vários pesquisadores, principalmente por causa

das mudanças no cenário urbano e pelos novos desafios postos pelas mesmas.

No âmbito dos movimentos sociais urbanos esse tema tem ganhando outros sentidos, como o direito ao acesso à moradia, a segurança, aos espaços públicos, a mobilidade e aos serviços e equipamentos públicos. E isso porque, segundo Battaus e Oliveira (2016, p.91) “[...] o estudo do chamado direito à cidade faz nascer a percepção de que, na realidade, tal direito se perfaz em um conjunto de direitos que necessitam de ordenação para manter em termos urbanísticos a própria cidade”. Assim sendo, ele envolveria uma concepção mais ampla, como o direito à cidadania e à vida na cidade.

Em contrapartida, o que está associado ao capitalismo contemporâneo em crise é o crescimento das desigualdades sociais, concentração de pobreza e um profundo retrocesso na garantia do direito à cidade, pois as cidades sob a lógica do capital estão divididas, fragmentadas, marcadas por questões estruturais de moradia, mobilidade, saneamento, entre outros. Dessa maneira, o direito à cidade visa se sobrepor a ótica neoliberal que rege as cidades.

Visto que hoje a cidade centrada no mercado é o foco e nela imperam novos métodos de produção e novas formas de segregação e exclusão, a cidade não é democrática e reproduz uma ausência de participação coletiva na sua formação e no usufruto das riquezas nela produzida, particularmente por aqueles que foram excluídos do desenvolvimento econômico e que foram deslocados das áreas centrais e jogados para as periferias.

O PMCMV contribui para essa lógica de cidades divididas, fragmentadas e injustas, com a construção dos conjuntos habitacionais para as famílias de baixa renda em terrenos dominados por precariedades de diversas ordens, nas quais as qualidades de vida dos seus moradores ficam comprometidas.

A segregação urbana destitui a população de direitos, inclusive do direito à cidade. À vista disso, o acesso a moradia não se traduz no exercício do direito à cidade, visto que o programa tem utilizado terrenos distantes dos centros urbanos, que impedem aos seus moradores do usufruto daquilo que a cidade tem a oferecer.

O direito à moradia digna foi reconhecido como um requisito para a dignidade da pessoa humana em 1948 na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirma que “[...] toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação [...]” (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, artigo XXV, item 1), tornando-se, assim, o direito à moradia um direito reconhecido e aplicável em todas as partes do mundo.

O estabelecimento desse direito parte do reconhecimento da moradia como uma das necessidades mais básicas e essenciais para a reprodução do homem, como afirma a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (BRASIL, 2013, p.9),

Os seres humanos necessitam de lugares onde possam se proteger de

condições climáticas desfavoráveis: do frio e do calor excessivo, das chuvas, dos ventos e da neve. Precisam de locais onde possam estar resguardados dos perigos da natureza e também dos perigos das ruas.

É importante ressaltar que o direito à moradia digna, adequada, não se refere apenas a um abrigo, mas como preconizam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) e outras legislações pertinentes, a moradia como garantia de um padrão de vida adequado deve oferecer condições para um pleno desenvolvimento social, cultural e econômico dos indivíduos. Como argumenta Rolnik (2009, p. 1),

Muitas vezes se toma, e aqui no Brasil não é diferente, moradia como sendo simplesmente quatro paredes e um teto, um abrigo. Só que moradia adequada vai muito além disso. Significa, se falarmos em termos urbanos, um lugar na cidade a partir do qual as condições básicas para a sobrevivência humana estejam garantidas, de forma digna. Significa a inserção dessa moradia em um bairro, em um pedaço da cidade com toda a infra-estrutura completa, com acesso direto e fácil a equipamentos de educação, saúde e culturais, a oportunidades de desenvolvimento humano e a emprego.

Assim sendo, para que o direito à moradia digna seja efetivado existem algumas condições que devem ser

garantidas no que se refere ao atendimento das necessidades dos indivíduos e suas famílias. Segundo a SDHPR (2013), essas condições foram estabelecidas no Comentário nº 4 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU no ano de 1991, são elas: habitabilidade, disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos, localização adequada, adequação cultural, segurança de posse, custo acessível e acessibilidade.

Dessa maneira, entende-se que uma moradia digna, é aquela que está inserida em um pedaço de terra urbanizada com acesso, entre outras coisas, a serviços e equipamentos públicos. Esses princípios devem nortear toda e qualquer ação pública ou privada que vise promover o direito à moradia digna, para que todos os cidadãos tenham um lugar digno e seguro para viver.

Segundo a Portaria nº 518 de 8 de novembro de 2013 do Ministério das Cidades, as diretrizes para aquisição de unidades habitacionais, “[...] consideram-se equipamentos públicos aqueles voltados à educação, saúde e demais complementares à habitação, tais como assistência social, segurança e outros a critério da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades” (BRASIL, 2013).

Os equipamentos e serviços públicos são bens de utilidade pública indispensáveis ao bom funcionamento da cidade, pois a existência destes é considerada como um fator importante de bem-estar social e de apoio ao desenvolvimento econômico. Por essa razão, o acesso da população a eles está previsto nas diretrizes da Política Nacional de Habitação que entende a “[...] moradia digna

como direito e vetor de inclusão social garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais” (BRASIL, 2004, p. 30).

Percebe-se, dessa forma, que a PNH parte de uma concepção de desenvolvimento urbano integrado, sendo necessário que as ações de habitação estejam articuladas com as demais políticas sociais e ambientais, a fim de que seja garantido o direito à moradia digna.

O Estatuto da Cidade elenca como umas das diretrizes gerais para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana a “[...] oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais” (BRASIL, 2008, p.15).

Contudo, uma das maiores críticas feitas ao Programa Minha Casa Minha Vida é a produção de uma cidade incompleta, resultado da inserção urbana dos conjuntos nas periferias, em terrenos distantes da cidade completamente desprovidos dos serviços e equipamentos públicos necessários para a garantia do direito à cidade e a uma moradia digna.

Soma-se a este problema a falta de intersetorialidade do programa com as outras políticas setoriais, que impactou desde o início na disponibilidade dos serviços e equipamentos públicos nos entornos dos conjuntos habitacionais, o que contribuiu para agravar os problemas sociais já existentes.

Por essa razão, na segunda fase do programa que se inicia em 2011, uma das maiores preocupações das autoridades responsáveis foi a garantia de uma moradia digna, com infraestrutura e equipamentos sociais. Assim sendo, segundo Magalhães, as principais alterações do PMCMV2 em relação ao 1º estágio, em primeiro lugar, no tocante as questões de desenvolvimento sustentável, na percepção da necessidade de uma maior prestação de serviços públicos. Passando a ser necessária uma maior articulação do Ministério das Cidades com outros ministérios a fim de que os mesmos atuassem de forma mais integrada para garantir os equipamentos sociais básicos para os novos contemplados (MAGALHÃES, 2011).

Em função disso, a Casa Civil por meio do Decreto nº 7499, de 16 de junho de 2011 que dispõe sobre o PMCMV e dá outras providências, afirma que para a implementação de empreendimentos no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana deve ser respeitado “[...] a existência ou o compromisso do poder público local com a instalação ou ampliação dos equipamentos e serviços relacionados à educação, à saúde, ao lazer e ao transporte público” (BRASIL, 2011).

Contudo, apesar do arcabouço jurídico-normativo aprovado, percebeu-se com o passar do tempo a persistência de problemas com relação aos padrões internacionalmente estabelecidos para a efetivação do direito à moradia digna, principalmente com relação a disponibilidade de serviços e equipamentos públicos. E isso porque, a grande questão com relação ao direito à moradia digna e o PMCMV é que a política

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

de habitação pode ser inviabilizada, caso outras políticas urbanas não estejam integradas!

E nesse sentido, é importante ressaltar o princípio da indivisibilidade que norteia a efetivação dos direitos humanos, onde o gozar de um direito depende diretamente da efetivação ou violação de outros direitos. Assim, portanto, a efetivação do direito à cidade e à moradia digna depende diretamente da efetivação de outros direitos, fato que tem sido muitas vezes negligenciado nas construções dos empreendimentos do PMCMV.

Diante do processo de periferização dos conjuntos habitacionais e da conseqüente problemática percebida da disponibilidade de serviços e equipamentos públicos, o desafio da pesquisa aqui proposta é analisar como se tem dado a efetivação do direito à cidade e à moradia digna através do PMCMV na cidade de João Pessoa, considerando particularmente a disponibilidade dos serviços e equipamentos públicos.

O PMCMV na Cidade de João Pessoa e a Disponibilidade de Serviços e Equipamentos Públicos

A criação do PMCMV em 2009, no segundo mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, intensifica o processo de crescimento da mancha urbana de João Pessoa, com a construção de vários conjuntos habitacionais nas regiões periféricas da cidade. De acordo com Santos (2018, p.8),

segundo dados disponibilizados pela CAIXA “[...] a cidade de João Pessoa teve, desde o início do PMCMV, mais de 10 mil contratações para construções de habitações na Faixa I [...]”, sendo a localização destes, predominantemente, na zona sul-sudeste da cidade.

Na capital paraibana a articulação entre o mercado imobiliário, capitais financeiros e proprietários fundiários - capitais ligados à produção do espaço construído-, tomaram o controle da cidade, e decidiram como João Pessoa seria.

E dessa forma, a cidade vem sendo construída não seguindo os interesses do coletivo, mas segundo os interesses do capital. E por essa razão, na atualidade, a política de habitação de interesse social permanece seguido a histórica lógica da inserção urbana periférica das habitações, o que impacta na qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo programa.

A disponibilidade de serviços e equipamentos públicos no entorno da moradia se constituem como elementos essenciais para o estabelecimento de uma moradia digna e para a efetivação do direito à cidade. Portanto, tomando como base a efetivação do direito à cidade e a moradia digna na cidade de João Pessoa através do PMCMV, a seguir serão descritos os resultados da pesquisa sobre a disponibilidade de serviços e equipamentos públicos de saúde, educação e transporte nos conjuntos habitacionais do Manacá, Anayde Beiriz, Jardim Veneza e Vieira Diniz.

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

Quadro nº 01: Relação dos Equipamentos Públicos nos Conjuntos Habitacionais do PMCMV

Equipamentos Públicos	Conjuntos Habitacionais			
	Manacá	Anayde Beiriz	Jardim Veneza	Vieira Diniz
Parada de ônibus próximo		X	X	X
Creche		-	-	-
Escola de Ensino Fundamental		X	X	X
Escola de Ensino Médio		-	-	-
Posto de Saúde		X	X	X

Fonte: Elaborada pelo autor.

O Residencial Manacá foi entregue no final do ano de 2011 com 244 unidades habitacionais, ele foi o primeiro conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida entregue na Paraíba. Localizado no bairro de Paratibe, zona sul da capital, a uma distância de aproximadamente 22 km do centro da cidade, o conjunto habitacional encontra-se numa área considerada periférica de João Pessoa. Neste residencial foram entrevistadas 28 famílias.

O Residencial Anayde Beiriz foi entregue no ano de 2012, com 584 unidades habitacionais. Localizado na Avenida das Indústrias, no Bairro das Indústrias, zona oeste da cidade, o residencial foi construído em um distrito industrial, área reservada a instalações de indústrias e fábricas, assim como

locais de armazenamento e distribuição da cidade. O conjunto se encontra a aproximadamente 22,6 km do centro da cidade, e nele foram entrevistadas 60 famílias.

O Residencial Jardim Veneza foi entregue no início de ano de 2013, com 576 unidades habitacionais no bairro, no qual leva o nome, Jardim Veneza, que fica localizado na zona oeste da cidade. O conjunto habitacional encontra-se a uma distância de aproximadamente 11,1 km do centro da cidade, e nele foram entrevistadas 59 famílias.

O Residencial Vieira Diniz foi completamente entregue no ano de 2017, construído em dois blocos A e B, com 992 unidades habitacionais ao todo. Localizado no bairro Jardim Veneza, o residencial foi erigido em um terreno adjacente ao Jardim Veneza, outro residencial do PMCMV. Assim como o Jardim Veneza, o conjunto se encontra a aproximadamente 11,1km do centro da cidade, e nele foram entrevistadas 20 famílias.

A pesquisa realizada nos quatro conjuntos habitacionais da capital de João Pessoa a respeito dos serviços e equipamentos públicos de educação (da creche ao ensino médio), saúde (da atenção básica a níveis de maior complexidade) e transporte, demonstrou que um número considerável de famílias é chefiado por mulheres. E que a renda da maioria das famílias pesquisadas consistia em um salário mínimo, havendo ainda um número considerável de famílias que viviam numa situação de maior vulnerabilidade social, com uma renda familiar menor que um salário mínimo, caracterizando-se assim, como famílias de baixa renda.

Os residenciais pesquisados encontram-se na zona sul e oeste da cidade, em áreas consideradas periféricas, o que

tem impactado na oferta de serviços e equipamentos públicos e no acesso àquilo que a cidade tem a oferecer. Conforme os dados disponibilizados pelos pesquisados foi possível montar a seguinte tabela, que apresenta os equipamentos públicos encontrados no entorno dos conjuntos a uma distância de até 15 minutos a pé.

Nos residenciais, os beneficiários indicaram a facilidade de acesso a pontos de ônibus, contudo, chama a atenção o alto grau de insatisfação e a avaliação negativa realizada pelos mesmos nos quatro residenciais pesquisados com relação ao serviço de transporte público. Os moradores relataram dificuldade de acesso a diferentes lugares da cidade, devido as poucas linhas disponíveis no entorno dos conjuntos, o que impacta na conexão do residencial com o restante da cidade. Soma-se a isso a condição precária dos ônibus e a frota insuficiente para atender toda a demanda das regiões onde estão inseridos os residenciais, o que resulta nas superlotações.

Devido a construção dos conjuntos em áreas periféricas da cidade, em todos os residenciais visitados os moradores avaliaram de forma negativa a localização dos conjuntos com relação ao centro da cidade e aos locais de trabalho. Para os moradores contemplados pelo programa, as áreas onde se encontram as maiores taxas de oportunidade de trabalho e diversidade de serviços ficaram mais distantes, devido ao fato das mesmas se encontrarem distantes das origens e dos destinos, das oportunidades de trabalho e das diversidades dos serviços em geral. Assim, trazendo maiores

custo para essas famílias de baixa renda que dependem do transporte público para a sua locomoção na cidade.

Dessa forma, percebe-se que para essas famílias o direito à cidade e a moradia digna é impactado por causa da localização periférica dos conjuntos e da dificuldade de acesso a mobilidade urbana, pois como afirma o Caderno 1 de Análise de Custos Referenciais do Ministério das Cidades “Geralmente, quanto mais distante da área urbana consolidada o empreendimento habitacional está, maior é a necessidade de readequação do conjunto de linhas de ônibus existente” (BRASIL, 2017, p.35).

A não readequação das linhas de ônibus nas áreas aonde foram construídos os conjuntos habitacionais levam a negação do direito a mobilidade urbana, um direito social constitucional, fundamental para a garantia do acesso à vida urbana.

No tocante a educação, com exceção do Residencial Vieira Diniz onde esse serviço foi bem avaliado, nos demais residenciais a avaliação com relação ao acesso a esse serviço e equipamento público foi negativa. Em todos os conjuntos foi encontrado pelo menos uma escola de ensino fundamental próximo, contudo, os moradores relataram que nessas escolas as vagas eram insuficientes para atender a toda a demanda, e por essa razão algumas crianças precisaram ser matriculadas em escolas em outros bairros.

Além disso, com exceção do Residencial Manacá que possui uma creche próximo, no entorno dos demais residenciais pesquisados não existem creches ou escolas de

ensino médio. A falta desses equipamentos faz com que essas famílias precisem ser deslocar para outros bairros, o que impõe as mesmas um maior custo com deslocamento. As creches são equipamentos públicos de vital importância para as famílias de baixa renda, principalmente aquelas que são chefiadas por mulheres, que precisam desse serviço para poderem trabalhar e sustentar a sua família.

Com relação a saúde, apesar de todos os conjuntos possuírem um posto de saúde próximo, a avaliação também foi negativa – com exceção do Residencial Vieira Diniz -, por causa da dificuldade de acesso a serviços básicos. Segundo os entrevistados os postos de saúde não possuíam capacidade para atender a toda a demanda das regiões aonde estão inseridos, além dos relatos dos serviços precários oferecidos pelas unidades, que eram marcados pela falta de médicos, medicamentos e na demora para a realização de exames.

Além dos serviços e equipamentos públicos pesquisados, os moradores afirmaram sentir falta de segurança, maiores ofertas no comércio das regiões próximas aos conjuntos e equipamentos de lazer. E quando perguntados o que gostariam que mudasse no futuro nos residenciais, os moradores relataram que desejavam que fossem feitos investimentos para uma melhoria na oferta de serviços e equipamentos públicos de saúde, educação, transporte, segurança, lazer e comércio.

Nos quatro conjuntos habitacionais pesquisados, os moradores afirmaram que em comparação com a atual moradia, era melhor o acesso a esses serviços e equipamento públicos no antigo bairro de origem. Dessa forma, percebe-se

que essas famílias de baixa renda saem de áreas mais centrais e urbanizadas da cidade, para viver em áreas carentes de inúmeros bens necessários para a sua reprodução e mínima qualidade de vida urbana.

Portanto, a partir dos resultados da pesquisa percebe-se que a produção do PMCMV na cidade de João Pessoa, apesar de apresentar avanços com relação à infraestrutura básica (pavimentação, rede de esgoto, fornecimento de água e energia), apresenta problemas com relação ao acesso aos serviços e equipamentos públicos.

Assim como em todo o país, o padrão de localização dos conjuntos habitacionais na capital em periferias subequipadas, distantes do tecido urbano consolidado, contribui para a negação do direito à cidade e a moradia digna.

O direito à moradia digna encontra-se inserido num amplo contexto, e para a sua real efetivação é necessário a disponibilidade de serviços e equipamentos públicos. Tal elemento deve nortear a implementação do PMCMV na cidade de João Pessoa, visto que são fundamentais para o bem-estar da população e o funcionamento da cidade. A carência ou insuficiência destes afeta a qualidade de vida na cidade, por isso as ações do PMCMV e do governo municipal devem respeitar esse importante elemento.

Conclusão

Com a criação do PMCMV durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, num contexto de crise e recessão econômica, e grande déficit habitacional, a construção de moradias foi utilizada como um ativo financeiro. Dessa forma,

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

o Programa Minha Casa Minha Vida foi criado, com um desenho fortemente fundado na participação do setor privado, retomando a política habitacional com o objetivo de construir moradias para dinamizar a economia.

Desse modo, a prevalência da lógica financeira na implementação do Programa fez com que as construtoras se tornassem o principal agente da política habitacional, o que resultou na predominante construção dos conjuntos em regiões periféricas da cidade, onde os terrenos são mais baratos devido à ausência ou precariedade de infraestrutura urbana e de serviços e equipamentos públicos. Portanto, percebe-se que assim como o BNH, o PMCMV contribui para o padrão periférico de desenvolvimento urbano, com densidade populacional, infraestrutura e serviços precários.

Com o PMCMV é intensificado o modelo de desenvolvimento urbano periférico na cidade de João Pessoa, com a construção predominante de conjuntos habitacionais na região sul-sudeste da cidade.

Apesar das exigências estabelecidas pelo programa referentes a localização dos conjuntos e a observação de parâmetros mínimos de atendimento por infraestrutura e serviços, o direito à cidade mostra-se negado quando se analisa a localização dos empreendimentos e a falta de intersectorialidade do Programa, que resulta na ausência ou insuficiência de serviços e equipamentos públicos.

Não obstante ao estabelecido pela política, pelos acordos internacionais e pela legislação nacional sobre o direito à moradia digna, os resultados da pesquisa de campo

na cidade de João Pessoa demonstram que a inserção periférica dos conjuntos afeta diretamente na disponibilidade de serviços e equipamentos públicos, o que interfere na qualidade de vida das famílias contempladas pelo Programa.

Nos quatro residenciais pesquisados foram encontrados: paradas de onibus, escola de ensino fundamental e posto de saúde. Contudo, apenas no residencial Manacá havia creche próxima, e em nenhum deles havia escola de ensino médio.

Mesmo quando havia a existência do equipamento publico proximo ao residencial, a maioria dos moradores afirma ter dificuldades de acesso aos serviços por eles oferecidos devido a grande demanda da região ou pela precariedade do mesmo, precisando então, muitas vezes recorrerem a outros bairros.

A localização dos residenciais pesquisados dificultou o acesso dos moradores aos meios de sobrevivência/trabalho e àquilo que a cidade tem a oferecer, predominando entre os entrevistados a avaliação de que com a mudança da moradia anterior para a atual, houve a piora no acesso ao comercio, aos locais de trabalho e aos serviços e equipamentos públicos.

No tocante ao direito à cidade, com as ações do Programa, passa haver um déficit não de casas, mas de cidade, de urbanidade, que contribuem para novas formas de exclusão e segregação dos mais pobres, que os impedem de usufruir daquilo que a cidade tem a oferecer.

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

Portanto, afirma-se a hipótese formulada neste estudo sobre a problemática da disponibilidade de serviços e equipamentos públicos nos entornos dos conjuntos habitacionais do PMCMV na cidade de João Pessoa-PB.

Referências

AMORE, Caio Santo. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. IN: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Orgs). **Minha Casa... E a Cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

BRASIL. Casa Civil. **Lei n. 11.977 de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida– PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm. Acesso em: 26 set. 2018.

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

Ministério Das Cidades. **Caderno 1 Análise de Custos Referenciais: qualificação da inserção urbana**. Brasília, 2017.

_____. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação**. Brasília, 2004.

_____. Ministério das Cidades. **Portaria nº 518 de 8 de novembro de 2013**. Dá nova redação à Portaria nº 168, de 12 de abril de 2013, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição, requalificação e alienação de imóveis com recursos advindos da integralização de conta no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Gabinete do Ministro, Brasília, DF, nov. 2013.

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Governo amplia limites de faixa de renda do Minha Casa Minha Vida**. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/investimento-e-pac/noticias/governo-amplia-limites-de-faixa-de-renda-do-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 11 out. 2018. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil 2009**. Belo Horizonte, 2012.

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

IBGE. **João Pessoa.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/joao-pessoa/panorama>. Acesso em 07 fev. 2019.

LENIN, W.. *Cahiers Philosophiques*. Paris: Ed. Sociales M. , 1965

MAGALHÃES, Inês. 'Importante é o programa continuar', diz secretária de Habitação sobre Minha Casa Minha Vida 3: depoimento. [30 de março, 2011]. Brasília: **Blog do Planalto**. Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/assunto/minha-casa-minha-vida/>. Acesso em: 11 out. 2018.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. IN: _____. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ROLNIK, Raquel et al. Inserção Urbana no PMCMV e a Efetivação do Direito a Moradia Adequada: uma avaliação de sete empreendimentos no estado de São Paulo. IN: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Orgs). **Minha Casa... E a**

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

Cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SANTOS, Eliane Campos dos. A Dinâmica da Expansão Urbana e o Programa Minha Casa Minha Vida em João Pessoa-PB: processos e agentes na produção da cidade. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 19., 2018. **Anais[...]**. João Pessoa, 2018.

SOBRE OS AUTORES

Maria de Lourdes Soares, Post Doctor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC, SP, 2018), Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001), Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (1989), Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (1995), Licenciatura em Ciências pela Universidade Federal da Paraíba (1982). Professora titular da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), foi coordenadora do Laboratório de Estudos e Práticas Sociais (LEPS/DSS/UFPB), coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (PPGSS/UFPB) e Chefe do Departamento de Serviço Social (DSS/CCHLA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Com experiência na área de Antropologia cultural, questão regional Nordestina, questão rural e urbana. Atua nos temas: políticas sociais e assistência, sociedades tradicionais, negação de direitos e desigualdades sociais, riscos sociais e precariedades nas áreas rurais e nos grandes centros urbanos.

Rosângela Dias Oliveira da Paz, Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUCSP (2002), mestre em Serviço Social pela PUCSP (1996), graduada em Serviço Social pela PUCSP (1979). Atualmente é professora e orientadora do Programa de Estudos Pós Graduados em Serviço Social PUCSP e professora do Curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Sociais/PUCSP. Principais áreas de pesquisa e atuação: participação social, movimentos sociais, conselhos de gestão, ongs, políticas públicas de assistência social e habitação, monitoramento e avaliação de políticas

A Estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais sociais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa, Paraíba

públicas. Foi conselheira do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nas gestões: 1998-2000 e 2004-2006. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais - Nemos/PUCSP, da Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais (CEDEPE) da PUCSP e do Instituto Pólis.

Rayssa Lobo de Lacerda, Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Vinculada ao Grupo de Estudo em Geografia Urbana da UFPB. Possui aproximação com as temáticas de Política Social, a Cidade e o Urbano. Apresenta experiência profissional na atuação da Política de Habitação de Interesse Social.

